



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2021

Sumário: Aprova o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — Portugal contra o racismo.

O Programa do XXII Governo Constitucional reconheceu a luta contra as desigualdades, através da promoção de «mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações», como um dos seus quatro desafios estratégicos pela coesão social e nacional. Assumiu que «Portugal continua a ter problemas de racismo e xenofobia que precisam de ser mais bem conhecidos, enfrentados e combatidos».

O Governo reconhece que, não obstante o quadro legal existente, continuam a registar-se fenómenos de racismo e de discriminação que violam direitos fundamentais consagrados na Constituição da República Portuguesa, assentes em estereótipos baseados em ideias, mitos e teorias fundadas na pretensa superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa origem étnica ou nacionalidade, geradores de discriminações diretas e indiretas, incluindo numa perspetiva interseccional, e que refletem os processos históricos que os originaram, como a escravatura e o colonialismo, e que perpetuaram modelos de discriminação estruturais.

O combate ao racismo e à discriminação racial e étnica é, pois, um desafio premente na sociedade portuguesa, vincado em todo o acervo legal existente e também nos vários compromissos nacionais e internacionais assumidos, designadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o Protocolo n.º 12 a esta convenção sobre a proibição geral de discriminação, a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Declaração e Plano de Ação de Durban e o recente Plano de Ação da União Europeia contra o racismo 2020-2025 da Comissão Europeia. É também importante ter em conta as ações desenvolvidas pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto, de que Portugal é membro, incluindo as Recomendações para o Ensino e Aprendizagem sobre o Holocausto e a definição não vinculativa de antissemitismo, que constituem uma importante referência a ter conta nas iniciativas a promover nas áreas da educação, formação e sensibilização, bem como na recolha, análise e difusão de dados sobre a prevenção e o combate ao racismo e à discriminação.

A Constituição da República Portuguesa estabelece, no seu artigo 13.º, o princípio da igualdade, como corolário irrecusável da dignidade da pessoa humana, e o princípio da proibição da discriminação em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual, concretizados nomeadamente através do Código do Trabalho, do Código Penal e da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico da prevenção, da proibição e do combate à discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, cuja aplicação é acompanhada pela Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial.

A pandemia da doença COVID-19 exacerbou as desigualdades estruturais e agravou a discriminação e o incitamento ao ódio e à violência, tornando mais premente o reforço da efetividade destes princípios.

Neste contexto, o XXII Governo Constitucional aprova o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025). Este, que é o primeiro plano nacional nesta matéria, tem como objetivo a promoção da igualdade, o combate ao racismo e à discriminação racial considerada, nos termos do artigo 1.º da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, como «qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha como objetivo ou efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública».

O PNCRD 2021-2025 afirma a igualdade, manifesta-se contra as segregações, assenta numa visão de comunidade que recusa qualquer marginalização dos seus cidadãos e combate as desi-

gualdades estruturais. Encontra-se organizado em quatro princípios transversais e dez linhas de intervenção, combinando abordagens transversais e específicas, e resultando de um trabalho de colaboração intersetorial.

Em paralelo, o PNCRD 2021-2025 tem como premissa a articulação com outras estratégias, planos e programas nacionais existentes dirigidos a determinados grupos e vulnerabilidades, designadamente a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a Estratégia Nacional para a Igualdade e a não Discriminação 2018-2030, o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2022 e o Programa Nacional em torno da Memória do Holocausto.

O PNCRD 2021-2025 reconhece o trabalho que diversas entidades da sociedade civil têm emprestado a estes objetivos nas duas últimas décadas, sendo fundamentais a presença e as iniciativas mobilizadas pelas associações antirracistas e pela vitalidade da sociedade civil nas áreas da prevenção e do combate à discriminação. Com efeito, a sua ação efetiva no campo da consciencialização para esta questão tem sido insubstituível, devendo por isso ser considerados atores imprescindíveis no combate ao racismo e na obtenção de uma sociedade mais justa.

O PNCRD 2021-2025 reflete ainda contributos e recomendações do relatório preliminar do Grupo de Trabalho para a Prevenção e o Combate ao Racismo e à Discriminação, constituído nos termos do Despacho n.º 309-A/2021, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 8 de janeiro de 2021, e apresentado ao Governo a 16 de março de 2021, o qual reflete também os resultados das dez reuniões de auscultação realizadas pelo referido grupo de trabalho a cerca de sessenta entidades dos setores público e privado. Paralelamente, o PNCRD 2021-2025 esteve em consulta pública entre 9 de abril e 10 de maio de 2021, tendo os contributos sido também tidos em consideração na sua elaboração.

Assim:

Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Aprovar o Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025), constante no anexo à presente resolução e da qual faz parte integrante.

2 — Determinar que o PNCRD 2021-2025 se estrutura nos seguintes quatro princípios:

- a) Desconstrução de estereótipos;
- b) Coordenação, governança integrada e territorialização;
- c) Intervenção integrada no combate às desigualdades;
- d) Interseccionalidade.

3 — Determinar que os princípios identificados no número anterior são desagregados nas seguintes 10 áreas de intervenção:

- a) Governação, informação e conhecimento para uma sociedade não discriminatória;
- b) Educação e cultura;
- c) Ensino superior;
- d) Trabalho e emprego;
- e) Habitação;
- f) Saúde e ação social;
- g) Justiça, segurança e direitos;
- h) Participação e representação;
- i) Desporto;
- j) Meios de comunicação e o digital.

4 — Criar uma comissão interministerial de alto nível (CIAN) responsável por analisar, acompanhar e avaliar a execução do PNCRD 2021-2025, a qual é presidida pelo membro do Governo responsável pela área da presidência e integra os membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna, da justiça, da Administração Pública, da educação, do trabalho e da habitação, sem prejuízo de os membros da CIAN poderem convidar a participar nas suas reuniões, quando tal se justifique, membros responsáveis por outras áreas governativas.



5 — Estabelecer que a CIAN reúne semestralmente, não auferindo os seus membros qualquer remuneração ou abono pela sua participação nas reuniões.

6 — Designar a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM) como entidade coordenadora do PNCRD 2021-2025, competindo-lhe:

a) Proceder a uma avaliação intermédia da execução do PNCRD 2021-2025 e apresentar um relatório com eventuais propostas de revisão ao membro do Governo responsável pela área da presidência, até ao final do primeiro trimestre de 2023;

b) Elaborar um relatório final de execução do PNCRD 2021-2025 até ao final do primeiro trimestre seguinte ao termo da respetiva vigência, dele dando conhecimento ao membro do Governo responsável pela área da presidência;

c) Articular com o secretariado técnico da Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial (CICDR), designadamente para efeitos de consulta à CICDR na sua formação alargada.

7 — Criar uma rede de pontos focais, composta por um representante de cada área governativa, que deve colaborar e reportar à SGPCM o contributo dos organismos, serviços e entidades das áreas governativas, para a definição, articulação, convergência e execução das medidas, ações e projetos constantes do PNCRD 2021-2025, não auferindo estes representantes qualquer remuneração ou abono pela sua participação na rede.

8 — Determinar que compete a cada área governativa envolvida na execução das ações e atividades que integram o PNCRD 2021-2025 assegurar a sua implementação e os encargos resultantes das mesmas.

9 — Determinar que a implementação do PNCRD 2021-2025 inclui uma perspetiva de género, designadamente através da desagregação por sexo dos respetivos indicadores de monitorização.

10 — Estabelecer que as verbas a imputar à execução do PNCRD 2021-2025 estão limitadas pelo enquadramento orçamental dos serviços e organismos responsáveis pela sua execução.

11 — Determinar que os encargos que decorram da concretização da presente resolução são satisfeitos também por fundos europeus, designadamente no âmbito do próximo quadro financeiro plurianual para o período de programação 2021-2027, nos limites e condições estabelecidos na regulamentação da União Europeia aplicável.

12 — Determinar que a presente resolução produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Conselho de Ministros, 15 de julho de 2021. — O Primeiro-Ministro, *António Luís Santos da Costa*.

ANEXO

(a que se refere o n.º 1)

Plano Nacional de Combate ao Racismo e à Discriminação 2021-2025 — Portugal contra o racismo (PNCRD 2021-2025)

Área 1 — Governação, informação e conhecimento para uma sociedade não discriminatória

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
1.1. Desenvolver formação e capacitação de profissionais sobre combate ao racismo e à discriminação, e sobre diversidade e igualdade étnico-racial, cultural, linguística e religiosa, incluindo informação sobre a história do colonialismo, escravatura e Holocausto especificamente ligado ao caso português, através de ações dirigidas aos profissionais do setor público (central e local) e entidades parceiras	Programa intensivo sobre direito antidiscriminação visando designadamente a formação de entidades competentes para prevenir e sancionar práticas discriminatórias (e.g., Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial - CICDR, Autoridade para as Condições do Trabalho - ACT, Autoridade para a Prevenção e Combate à Violência no Desporto - APCVD, Inspeção-Geral da Administração Interna - IGAI, Forças e Serviços de Segurança - FSS, serviços de execução de penas e medidas tutelares educativas, magistrados, Ordem dos Advogados - OA) e a criação de redes de profissionais especializados	N.º de edições do programa	Cidadania e Igualdade, Administração Interna, Justiça, Trabalho, Desporto, Ensino Superior	CICDR, IGAI, FSS, Direção-Geral da Administração da Justiça - DGAJ, Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais - DGRSP, ACT, APCVD, OA, Instituições de Ensino Superior - IES		1	2	2	2
	Ações dirigidas a trabalhadores na área do atendimento, designadamente das lojas e espaços de cidadão, e da rede nacional de apoio às vítimas de violência doméstica, e criação de redes de profissionais especializados, bem como de redes colaborativas que incluam associações locais de combate à discriminação	N.º de ações de formação	Administração Pública, Integração e Migrações, Cidadania e Igualdade	Agência para a Modernização Administrativa, IP - AMA, Alto Comissariado para as Migrações, IP - ACM, CICDR, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP - IHRU, Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género - CIG		50 (AMA) 1 (ACM)	75 (AMA) 1 (ACM)	75 (AMA) 1 (ACM)	75 (AMA) 1 (ACM)

Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
1.1. (cont.)	Ações dirigidas às comunidades educativas de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupada, das escolas profissionais e dos Estabelecimentos Militares de Ensino (pessoal docente e não docente, envolvendo também estudantes, famílias, encarregados de educação e intervenientes locais relevantes)	N.º de ações de formação a docentes sobre o papel da escola, agentes educativos e (inter)ação das crianças ciganas e não ciganas nas condições de inserção e mobilidade escolar e social de crianças ciganas	Educação	Direção-Geral da Educação - DGE, Centros de Formação de Associações de Escola - CFAE		10	25	45	60
		N.º de ações de formação, incluindo em escolas profissionais, desenvolvidas pelo ACM	Integração e Migrações	ACM	5	12	12	12	12
		N.º de ações de formação para pessoal docente e não docente dos Estabelecimentos Militares de Ensino	Defesa Nacional	Exército	1	1	1	1	1
	Ações dirigidas aos profissionais da ACT, Instituto do Emprego e Formação Profissional, IP - IEFP, e Serviços de Emprego, Instituto da Segurança Social, IP - ISS (incluindo profissionais do <i>frontoffice</i>), e a técnicos e formadores dos Centros Qualifica	N.º de ações de formação para Centros Qualifica	Educação, Trabalho	Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, IP - ANQEP	2	4	4	4	4
		N.º de ações de formação desenvolvidas pelo ACM	Integração e Migrações	ACM, ACT, IEFP, ISS	5	12	12	12	12
		N.º de ações de formação para técnicos do IEFP e ACT	Trabalho	IEFP, ACT	29	29	10	10	10
		N.º de <i>webinars</i> para profissionais e dirigentes do ISS e parceiros sociais	Seg. Social	ISS, outras entidades públicas (ex. Autarquias), organizações da sociedade civil - OSC, Especialistas	1 evento	10 eventos	20 eventos	40 eventos	60 eventos
	Ações dirigidas a profissionais de saúde, designadamente na prestação dos cuidados de saúde e no atendimento nos hospitais e centros de saúde, em articulação com profissionais de intervenção social	N.º de ações de formação	Saúde	Administração Central do Sistema de Saúde, IP - ACSS, Administrações Regionais de Saúde - ARS, ACM	1	1	1	1	1

Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
1.1. (cont.)	Ações dirigidas a profissionais que intervêm no âmbito do sistema de proteção de crianças e jovens e de justiça juvenil (acolhimento, comissões de proteção de crianças e jovens, Equipas Multidisciplinares de Apoio Técnico aos Tribunais, Centros Educativos) para um melhor relacionamento intercultural	N.º de ações de formação	Trabalho, S. e Seg. Social, Justiça, Saúde, Educação	Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens - CNPDPCJ, ISS, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - SCML, DGRSP, Núcleos de Apoio às Crianças e Jovens em Risco - NACJR, ACM, Casa Pia de Lisboa		20	40	60	20
	Ações de formação inicial e contínua de agentes das FSS e do setor da justiça, designadamente para magistrados, judiciais e do Ministério Público (MP), e para profissionais do <i>frontoffice</i> nos postos, nas esquadras, nos postos de fronteira, nas patrulhas e nos tribunais	N.º de ações de formação no contexto do Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança (PPMD-FSS) (cuja apresentação pública ocorreu em 19/3/2021)	Administração Interna	IGAI, Guarda Nacional Republicana - GNR, Polícia de Segurança Pública - PSP, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF	5	5	5	5	5
		Curricula dos cursos ministrados nas FSS (ingresso e formação contínua) avaliados, no contexto do PPMD-FSS, tendo em vista reforçar as matérias de combate à discriminação			x				
		N.º de ações de formação			2	2	2	2	
		N.º de ações de formação desenvolvidas pelo ACM	Integração e Migrações	ACM	5	7	7	7	7
	Ações dirigidas aos trabalhadores dos municípios e freguesias	N.º de ações de formação por NUT II	Presidência	Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros - SGPCM, CICDR, Associação Nacional de Assembleias Municipais - ANAM, Associação Nacional de Freguesias - ANAFRE, Associação Nacional de Municípios Portugueses - ANMP		1	1	1	1

Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
1.1. (cont.)	Desenvolvimento de ações e instrumentos que promovam, junto das entidades com competência no combate ao racismo e à discriminação, o combate ao antissemitismo, tendo designadamente em conta os princípios concretos e atividades propostas pela Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA)	N.º de ações/debates/reuniões	Negócios Estrangeiros	Direção-Geral de Política Externa – DGPE/Divisão dos Direitos Humanos, Chefe de Delegação Nacional à IHRA, pontos focais das áreas governativas, OSC	1	1	1	1	
		N.º de instrumentos produzidos e disseminados			2	2	2	2	
1.2. Desenvolver medidas no contexto dos processos de recrutamento nos vários setores da Administração Pública - AP (e.g. pessoal docente e não docente, FSS, oficiais de justiça, magistraturas, entidades públicas da área da cultura, empresas públicas de comunicação social), tendo em vista a promoção de maior diversidade entre os trabalhadores, nomeadamente através do reforço de estratégias de comunicação e divulgação, da elaboração de guias e dispositivos para prevenir enviesamentos, da formação de chefias e departamentos de recursos humanos, e do envolvimento de associações representativas nos processos de recrutamento	Divulgação de processos de recrutamento com comunicação inclusiva e direcionada à atração de grupos menos representados	Divulgação dos processos de recrutamento na Bolsa de Emprego Público - BEP, em articulação com o ACM	Administração Pública, Integração e Migrações	Direção-Geral da Administração e do Emprego Público - DGAEP, Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP - ESPAP, ACM/Programa Escolhas - PE, ISS, OSC	x	x	x	x	x
		N.º de medidas e boas práticas no âmbito do recrutamento, que utilizam comunicação inclusiva e fomentam a diversidade		Defesa Nacional	Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional - DGRDN e Forças Armadas	2	2	2	2
		N.º de ações realizadas por concurso (aberto ou a abrir) nas FSS, no contexto do PPMD-FSS	Administração Interna	GNR, PSP, OSC, PE	2	2	2	2	2
		N.º de ações no setor da justiça (oficiais de justiça e magistraturas, profissionais de execução das penas e polícia judiciária)	Justiça	DGRSP, PJ, DGAJ, CEJ					

Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
1.2. (cont.)	Formação de pessoal dirigente e de departamentos de recursos humanos da AP sobre mecanismos para recrutamento promotor da diversidade e da não discriminação	N.º de ações	Cidadania e Igualdade, Integração e Migrações	CICDR, ACM, OSC		5	5	5	5
1.3. Definir o perfil profissional do Mediador Intercultural e reforçar a sua contratação pelos municípios e por serviços da AP central	Regulamentação da lei que estabelece o estatuto legal do mediador sociocultural	N.º de entidades públicas e autarquias que respondem ao questionário de auscultação	Integração e Migrações	ACM	2	2	2	2	2
	Conceção da qualificação de Mediador/a Intercultural no Catálogo Nacional de Qualificações	Regulamentação aprovada				x			
1.4. Promover a recolha, análise e difusão regular de dados administrativos ou estatísticos nos diferentes setores, de acordo com a legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais	Desenho e lançamento de um inquérito sobre a diversidade e inclusão no trabalho no âmbito da AP	Integração da Qualificação no Catálogo Nacional de Qualificações	Integração e Migrações, Educação, Trabalho	ACM, ANQEP	x	x			
	Criação de um grupo de trabalho intersetorial para reflexão e partilha de abordagens de recolha de dados na AP, com base designadamente no inquérito sobre diversidade e inclusão, e implementação de metodologias harmonizadas	Aplicação do inquérito em todas as áreas governativas, com base no modelo da Comissão Europeia	Administração Pública, Cidadania e Igualdade, Integração e Migrações	ACM, CICDR, DGAEP			x		
1.5. Elaborar estudos e trabalhos de investigação que permitam analisar e acompanhar as práticas de serviços públicos e as trajetórias e origens dos cidadãos que são abrangidos pelos mesmos serviços públicos	Realização do Inquérito às Condições, Origens e Trajetórias da População residente em Portugal (Instituto Nacional de Estatística, IP - INE), tendo em vista contribuir para a prevenção e o combate ao racismo e à discriminação	Grupo criado				x			
		Realização do Inquérito Piloto			x	x			
		Resultados do inquérito piloto: Relatório interno do INE	Presidência	INE			x		
		Realização do Inquérito - operação principal (INE) (informação preliminar)				x	x		
		Divulgação dos resultados (informação preliminar)					x		



Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025	
1.5. (cont.)	Lançamento de novo Estudo Nacional sobre as Comunidades Ciganas	Estudo publicado	Integração e Migrações	ACM				x		
	Definição e implementação de modelo de dinamização de projetos de investigação, tendo como base modelos existentes como o Perfil Escolar das Comunidades Ciganas e promovendo o apoio e consultadoria às entidades públicas	Modelo de dinamização de projetos de investigação, e modelo de consultoria definidos	Administração Pública	AMA/ Laboratório de Atendimento Público - LabAP, todas as áreas governativas, Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia	x					
		N.º de projetos de investigação iniciados (teses e dissertações)			2	3	3	4		
		N.º de ações de consultadoria			1	2	2	2		
Questionário para caracterização da população itinerante ao nível local, com vista a assegurar mecanismos de acesso a habitação digna quando desejado ou, se mantendo a itinerância, de acesso aos serviços sociais e informação oficial	N.º de municípios respondentes	Integração e Migrações	ACM, Autarquias	50	70	110	250	308		
	Relatório de balanço do acompanhamento das situações identificadas, pelo ACM e Observatório das Comunidades Ciganas-ObCIG			x	x	x	x	x		
1.6. Criar o Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia, tendo em vista a produção, recolha, tratamento e difusão de informação e de conhecimento nas várias áreas e setores abrangidos pelo PNCRD 2021-2025, bem como a formação e o estímulo à investigação sobre a prevenção e o combate ao racismo e à discriminação racial e étnica, incluindo a discriminação múltipla e interseccional	Criação do Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia (Observatório)	Observatório criado/lançado	Cidadania e Igualdade, Ensino Superior	Pontos focais de todas as áreas governativas, IES e centros de investigação, OSC	x					



Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
1.7. Mobilizar as autarquias locais e as entidades intermunicipais para a implementação de estratégias eficazes de integração de imigrantes e de combate ao racismo, e desenvolver programas integrados de atuação em territórios e comunidades em que se cruzam fenómenos de exclusão social e múltiplas discriminações, concertados entre atores, locais e setoriais, designadamente no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza e em operações nas áreas metropolitanas que atuem ao nível da infraestrutura e do imaterial, em áreas como o emprego, cultura, saúde, educação, envelhecimento e participação (no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência - PRR)	Acompanhamento da rede «Integrar Valoriza» através do reforço das políticas de integração de pessoas imigrantes e da implementação de medidas de política pública nacional descentralizadas, mediante a intervenção articulada e integrada entre entidades públicas e privadas com responsabilidades na área	N.º de municípios abrangidos	Integração e Migrações	ACM, Autarquias	35				
	Estímulo ao desenvolvimento e implementação de políticas de âmbito local, numa lógica multissetorial e multinível, que permitam identificar as soluções mais adequadas à diversidade e especificidade das situações de pobreza e exclusão social local, no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	N.º de projetos	Presidência			1	1	1	1
	Promoção de ações dirigidas a todos os eleitos locais, em articulação com o Centro de Valorização de Eleitos Locais da ANAM, a ANMP e a ANAFRE	N.º de ações promovidas	Presidência	SGPCM, CICDR, ANAM, ANMP, ANAFRE		1	1	1	1
	Promoção de controlos aleatórios a explorações com vista a verificar a existência ou não de fenómenos de exclusão social e múltiplas discriminações, em colaboração com entidades competentes na matéria	N.º de controlos por região/ano	Agricultura e Desenvolvimento Rural	ACT		1	1	1	1
	Inscrição nos planos/estratégias locais/municipais setoriais de eixos, medidas e indicadores de prevenção e combate ao racismo e à xenofobia	N.º de reuniões de grupos de trabalho com representantes públicos e da sociedade civil relevantes	Integração e Migrações	ACM		4	4	4	4

Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025	
1.8. Desenvolver campanhas contra o racismo e a discriminação, em articulação com a sociedade civil para a sua construção e processos de disseminação, e divulgar boas práticas e exemplos positivos	Campanhas contra o racismo e a discriminação	Campanha nacional lançada		CICDR		x				
		Ações no Dia Nacional e Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial, com todas as áreas governativas	Presidência	CICDR, pontos focais de todas as áreas governativas, OSC		x	x	x	x	
		% de autarquias abrangidas			100%	100%	100%	100%		
	Campanhas a nível nacional, nomeadamente debates sobre temáticas históricas e/ou atuais, envolvendo e ouvindo as experiências/perspetivas dos alunos e divulgação de Agrupamentos de Escolas - AE com boas práticas nos domínios do combate ao racismo e à discriminação			Educação	DGE	1	1	1	1	1
			N.º de debates e ações	Mar	Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães - EMC FM	1	1			
			N.º de boas práticas divulgadas	Educação	DGE, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGEstE	3	3	3	3	3
			N.º de seminários regionais	Juventude e Desporto	Instituto Português do Desporto e Juventude, IP – IPDJ		5			
			Campanha lançada				x			x
			N.º de ações de informação e sensibilização	Integração e Migrações	ACM, OSC incluindo Associações Ciganas	10	10	10	10	10
			Promoção da intervenção entre pares, do debate e da auscultação dos jovens, através da realização de seminários regionais sobre a temática com produção de informação e estudos associados							
	Campanha contra o anticiganismo e divulgação de boas práticas e exemplos positivos, e ações de informação e sensibilização apresentadas por pessoas ciganas em diferentes contextos (e.g., escolas)									



Área 1 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
1.8. (cont.)	Ações de informação destinadas a trabalhadores e beneficiários dos Serviços Sociais da Administração Pública - SSAP e <i>webinars</i> de divulgação de boas práticas e exemplos positivos (e.g., Oficinas, Encontros, <i>Webinars</i>) para trabalhadores e dirigentes da AP, com o objetivo de disseminar conhecimento e de incentivar o desenvolvimento de programas de atuação na área da promoção da inclusão social e da diversidade	N.º de ações para beneficiários dos SSAP	Administração Pública	SSAP, Entidades privadas, públicas e sociais	5	5	5	5	5
		N.º de ações para trabalhadores dos SSAP			5	5	5	5	5
		N.º de <i>webinars</i> de boas práticas e exemplos positivos	Administração Pública	Instituto Nacional de Administração, IP - INA, ACM, CICDR, CIG	1	2	2	2	2
		N.º de trabalhadores envolvidos nos <i>webinars</i>			300	600	600	600	600
	Ações de sensibilização e divulgação de boas práticas em setores com presença significativa de imigrantes (como o setor das pescas e da agricultura)	N.º de ações junto dos armadores da pesca e profissionais estrangeiros	Mar	Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - DGRM, Organizações de Pesca, ACM	2	4	4	4	4
		N.º de vídeos de divulgação de boas práticas no setor das pescas nas redes sociais, com testemunhos reais de trabalhadores			DOCAPESCA	1	2	2	3
		N.º de boas práticas divulgadas (notícias, artigos, vídeos, eventos, etc.)	Agricultura e Desenvolvimento Rural	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural - DGADR		1	2	2	2
Divulgação das atividades da Unidade de Prevenção de Assédio da Defesa Nacional e outras boas práticas implementadas, que promovam o combate ao racismo e à discriminação	N.º de atividades de divulgação e boas práticas divulgadas	Defesa Nacional		2	2	2	2	2	

Área 2 — Educação e cultura

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
2.1. Diversificar o desenvolvimento do currículo, designadamente através do enriquecimento das Aprendizagens Essenciais (AE), da exploração de imagens e recursos sobre a diversidade e a presença histórica dos grupos discriminados, processos de discriminação e racismo, incluindo processos históricos de colonialismo e escravatura	Identificação de temas e subtemas por ano de escolaridade, centrados nas AE, designadamente de Português, História e Geografia, e Estudo do Meio, sobre a diversidade e presença histórica de grupos discriminados, a serem equacionados e trabalhados tendo em conta contextos históricos, sociais, culturais, tecnológicos e científicos de cada situação, dando atenção à diversidade dos sujeitos e contextos	N.º de estabelecimentos escolares envolvidos por ano de escolaridade	Educação	DGE, Associação de Professores de Português - APP, Associação de Professores de História - APH, Associação de Professores de Geografia - APG	2- Ensino Básico (EB) 2- Ensino Secundário (ES)	4-EB 4-ES	4-EB 4-ES	4-EB 4-ES	4-EB 4-ES
	Realização de iniciativas - conferências, debates - a nível nacional, promotoras da reflexão e do pensamento crítico, com recurso ao debate de ideias e análise de temáticas históricas e/ou atuais, envolvendo e ouvindo as experiências/perspetivas dos alunos, e debruçando-se sobre o contexto concreto de cada escola e/ou comunidade envolvente	N.º de anos de escolaridade envolvidos	Educação	DGE	EB ES	EB ES	EB ES	EB ES	EB ES
	Inclusão de competências/conteúdos nos referenciais de competências-chave de educação e formação de adultos - níveis básico e secundário	N.º de iniciativas	Educação, Trabalho	ANQEP	EB	ES	ES	ES	
	Integração de conteúdos nos cursos profissionais de Turismo, enquanto setor de atividade inclusivo e globalizante, através do desenvolvimento de projeto e partilha de boas práticas em parceria com agentes do turismo e da sociedade em geral	Atualização dos referenciais de competências-chave de educação e formação de adultos - níveis básico e secundário	Educação, Turismo	Turismo de Portugal, IP (Turismo de Portugal), Rede de Escolas de Hotelaria e Turismo (Rede EHT)	x	x	x	x	x
	<i>Task force</i> criada	Referencial para a inclusão concebido e implementado nas escolas							
	Projeto avaliado								



Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
					EB	EB	EB ES	EB ES	EB ES
2.2. Disponibilizar recursos pedagógicos que promovam uma educação para a igualdade e a não discriminação, incluindo o relato de factos históricos e seus impactos no racismo na contemporaneidade	Identificação de recursos didático-pedagógicos que potenciem a exploração dos temas do racismo e da discriminação	N.º de anos de escolaridade envolvidos N.º de recursos identificados/relatórios com recursos identificados publicado <i>online</i>	Educação	DGE, ACM	2	2	2	2	2
	Ações dirigidas a produtores de recursos educativos, incluindo editoras de manuais escolares, para inclusão dos temas do racismo e da discriminação, em cumprimento dos documentos curriculares	N.º de ações	Educação	DGE, ACM, CICDR, CIG		2	2	2	2
	Ações para reforço da aferição do cumprimento dos critérios estabelecidos no artigo 11.º da Lei n.º 47/2006, de 28 de agosto, no processo de avaliação para certificação dos manuais escolares, referentes à não discriminação e à necessidade de atender à diversidade social e cultural do universo de alunos e à pluralidade de projetos educativos das escolas	N.º de reuniões com entidades acreditadas e comissões de avaliação	Educação, Cidadania e Igualdade	DGE, ACM, CICDR		1			1
		N.º de ações de controlo e auditoria da DGE	Educação	DGE	3	3	3	3	3
	Organização de recursos com propostas de ações estratégicas interdisciplinares de ensino para o EB e ES, orientadas para o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória que integrem conteúdos sobre a diversidade e presença histórica de grupos discriminados e relatos de factos históricos como o colonialismo e escravatura - nas AE de várias disciplinas, designadamente de Português, História, Geografia)	N.º de recursos	Educação, Trabalho	ANQEP, DGE, ACM, APP, APH, APG, outras	5	5	5	5	5
	Acompanhamento e balanço da concretização pela DGE e ANQEP			x	x	x	x	x	



Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
2.2. (cont.)	Criação de propostas de atividades a desenvolver pela Rede de Bibliotecas Escolares - RBE para leitura, fruição, discussão e exploração de obras literárias, numa perspetiva interdisciplinar, crítica e emancipatória dos grupos discriminados, tendo por base o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória e o Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, para a educação inclusiva	N.º de autores, recursos e propostas pedagógicas	Educação	RBE, ACM	15	15	15	15	15
		Acompanhamento e balanço da concretização pela RBE			x	x	x	x	x
	Atualização regular do <i>Kit</i> Intercultural Escolas - ACM (conjunto de recursos de acesso livre produzidos por várias entidades) e sua divulgação (<i>online</i> e/ou junto das escolas) a nível nacional	N.º de atualizações	Integração e Migrações	ACM, DGE	1	3	3	3	3
		N.º de iniciativas de divulgação			3	6	6	4	4
2.3. Promover a igualdade étnico-racial no processo educativo, implementando nas escolas mecanismos de escuta, registo, intervenção, apoio e capacitação de vítimas de discriminação, e de recolha de dados sobre escolarização (e.g. retenção, conclusão, abandono), e reforçando os mecanismos de monitorização de situações de segregação intra e interescolar bem como os mecanismos de aplicação da Lei da Liberdade Religiosa	Desenvolvimento de mecanismos de escuta, registo, intervenção, apoio e capacitação dos estudantes nas escolas	N.º de Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas - AE/ENA que implementam procedimentos regulares de auscultação e capacitação de estudantes: A Voz dos Alunos	Educação, Integração e Migrações	DGEstE, DGE, ACM	15	80	160	200	300
		1 Relatório 2/2 anos			x	x	x	x	x
	Perfil escolar de alunos filhos de pessoas com naturalidade estrangeira (realização 2 em 2 anos)	1 Relatório 2/2 anos	Educação	DGEEC	x	x	x	x	x

Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
2.3. (cont.)	Criação e distribuição de um Guia de recomendações para a prevenção e combate à discriminação nas escolas	Criação do Guia	Integração e Migrações, Educação	ACM, CICDR, DGE		1			
		N.º de sessões <i>online</i> de esclarecimento e sensibilização para a implementação do Guia			6	6	6	6	
		N.º de agentes educativos alcançados			120	120	120	120	
	Formação sobre História e Cultura Cigana dirigida a comunidades educativas	N.º de ações	Integração e Migrações, Educação	ACM, DGE	6	6	6	6	6
	Monitorização amostral da constituição das turmas, para controlo de eventuais processos de segregação	Relatório anual produzido	Educação	Inspeção-Geral da Educação e Ciência - IGEC		1	1	1	1
	Promoção de mecanismos de aplicação da lei da liberdade religiosa em contexto escolar	Atualização dos documentos curriculares de confissões religiosas	Educação	ACM, entidades religiosas		x	x	x	
2.4. Assegurar a universalidade e promover o acesso dos grupos discriminados à Educação Pré-Escolar, com vista ao desenvolvimento da primeira infância, como fator promotor de igualdade de oportunidades	Planeamento e execução do ordenamento da rede da educação pré-escolar	N.º de crianças inscritas	Educação, Trabalho, S. e Segurança Social	DGEstE, ISS	x	x	x	x	x
		N.º de campanhas	Educação, Trabalho, S. e Segurança Social, Integração e Migrações	DGEstE, DGE, ACM, ISS, OSC	2	2	2	2	2
2.5. Promover cursos de Português Língua de Acolhimento (PLA)	Oferta de cursos de PLA em territórios com maior número de população migrante e imigrante	N.º de cursos PLA	Educação, Trabalho, S. e Segurança Social, Integração e Migrações	ANQEP, DGEstE, IEFP, ACM	450	500	550	550	550
		N.º de inscrições			8000	8250	8500	8500	8500
		Taxa de certificação			60%	60%	65%	65%	65%



Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
2.6. Reforçar o combate ao racismo e à discriminação em medidas como o Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), a Rede de Escolas para a Educação Intercultural (REEI) e o Programa Escolhas, adaptando e aperfeiçoando as iniciativas desenvolvidas nestes domínios	Iniciativas de combate ao racismo e à discriminação a desenvolver de forma continuada e integrada no currículo, nas atividades letivas e não-letivas, nas práticas diárias da vida escolar e na sua articulação com a comunidade do território onde vivem os alunos e as suas famílias	N.º de AE com iniciativas	Educação	DGE, CICDR, ACM	20	20	20	20	20
	Alargamento da implementação do projeto Comunidades de Aprendizagem – Includ-Ed	N.º de AE	Educação	DGE	49	50	52	54	55
	Integração no Plano de Ação da REEI de iniciativas dirigidas à temática do combate ao racismo e à discriminação	N.º de iniciativas realizadas	Integração e Migrações, Educação	ACM, DGE, Fundação Aga Khan - AKF, CICDR	2	4	4	4	4
	Integração do objetivo de combate ao racismo e discriminação no Programa Escolhas e promoção de iniciativas/atividades realizadas nessa área pelos projetos financiados	N.º de projetos	Integração e Migrações, Educação	ACM, PE	20	35	35	35	35
	Definição de um contingente especial adicional de alunos das escolas TEIP no acesso a candidaturas aos cursos de especialização tecnológica do Turismo de Portugal	Critérios definidos	Educação, Turismo	Turismo de Portugal, Rede EHT		x			
	N.º de alunos				12	24	36	36	
2.7. Promover o conhecimento de livros, sem discriminação de pessoas ou grupos, através do Plano Nacional de Leitura (PNL), e reforçar a divulgação pela Rede de Bibliotecas Escolares de propostas pedagógicas de abordagem à leitura, às artes e à cultura, integradas no currículo, numa perspetiva interdisciplinar, crítica e emancipatória	Reforço do conhecimento de títulos, solicitando o envio de obras lançadas no mercado por editoras, edições de autor ou por instituições várias para análise, sempre que as mesmas não tenham sido enviadas ao PNL	N.º de autores			x	x	x	x	x
		Acompanhamento e balanço da concretização pelo PNL e RBE	Educação, Cultura	PNL, RBE	x	x	x	x	x

Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
2.7. (cont.)	Apresentação de propostas pedagógicas dinamizadas pela RBE de abordagem às artes e cultura, integradas no currículo, que promovam o princípio da igualdade e não discriminação e valorizem o trabalho de artistas e criadores dos grupos discriminados	N.º de recursos e propostas pedagógicas Acompanhamento e balanço da concretização pela RBE	Educação, Cultura	RBE	15 x	15 x	15 x	15 x	15 x
	Organização e divulgação pela RBE de recursos com propostas de leitura, dirigidas a todos os níveis e educação e ensino, de autores lusófonos, portugueses ou a residir em Portugal, com reduzida visibilidade/representatividade na literatura nacional e estrangeira (designadamente, ciganos, afrodescendentes, refugiados)	N.º de autores, recursos e propostas pedagógicas Acompanhamento e balanço da concretização pela RBE	Educação, Cultura	RBE	15 x	15 x	15 x	15 x	15 x
2.8. Valorizar a temática da inclusão no âmbito dos projetos apoiados pelo programa Erasmus+ que elegeram este tema como uma das suas prioridades transversais, procurando eliminar práticas de discriminação associadas aos sistemas de educação e formação	Iniciativas no Plano Estratégico de comunicação para disseminar o Programa ERASMUS+ e promover a participação de jovens de populações de grupos discriminados	N.º de iniciativas	Educação, Ensino Superior, Juventude e Desporto	Agência Nacional Erasmus+, ACM	5	5	5	5	5
2.9. Prevenir a segregação racial sob qualquer forma na participação e acesso à cultura e às artes, garantindo o acesso à cultura, em condições de igualdade e de não discriminação, e promovendo a diversidade, através de Programas como o «Cultura para todos»	Aprovação da Estratégia Nacional para a Acessibilidade e Inclusão nos Museus, Monumentos e Palácios, incluindo medidas de promoção da cultura junto de grupos discriminados para que participem e sejam cocriadores	Estratégia aprovada	Cultura	Direção-Geral do Património Cultural - DGPC, Direções Regionais de Cultura - DRC	x				



Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025	
2.9. (cont.)	Apoio a projetos em parceria entre a Direção-Geral das Artes (DGARTES) com o ACM (no âmbito da Multiculturalidade) incluindo critérios de valorização no âmbito da prevenção e combate ao racismo e à discriminação	Aviso lançado	Cultura, Integração e Migrações	DGARTES, ACM	x					
	Iniciativas do Plano Nacional das Artes nas escolas REEI/TEIP	Convite artista-residente lançado	Educação, Cultura	Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais - GEPAC, Plano Nacional das Artes - PNA, ACM	x	x	x			
	Integração de critérios de não discriminação na Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (RPCT), Rede Portuguesa de Museus, Rede Nacional de Arte Contemporânea (RNAC), e nos programas de apoio às artes e atividades correlacionadas	Critérios de não discriminação e promoção da diversidade étnica integrados nos programas de apoio às artes e atividades correlacionadas (e.g., composição das comissões de apreciação e de acompanhamento)		Cultura	DGARTES		x	x	x	x
		Critérios integrados na portaria que regula o processo de credenciação da RPCT, no regime de atribuição de apoio às artes, e na regulamentação da RNAC			DGPC, DGARTES	x				
	Auditoria e balanço pela Provedoria para a Inclusão e Cidadania, articulando com a CICDR			DGPC, DGARTES, CICDR	x	x	x	x	x	



Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
2.9. (cont.)	Elaboração de relatório final de execução do Programa Cultura para Todos, com inclusão de critérios de valorização no âmbito da prevenção e combate ao racismo e à discriminação	Relatório final elaborado pelo GEPAC (tendo por base as respostas a um inquérito <i>online</i> a preparar pelo GEPAC e a remeter aos beneficiários pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional/Autoridades de Gestão)	Cultura, Coesão Territorial	Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional/Autoridades de Gestão, GEPAC, ACM		30jun			
	Iniciativas de divulgação do Programa És Cultura 18+ junto de jovens de grupos discriminados	N.º de ações de promoção para OSC e partes interessadas do setor	Cultura, Integração e Migrações	GEPAC, ACM, PE, OSC	1	1	1	1	1
2.10. Promover a participação e representação das pessoas pertencentes a grupos discriminados nos vários domínios da cultura (e.g. criação, produção, comunicação, difusão, fruição)	Inclusão de critérios de valorização no âmbito da prevenção e combate ao racismo e à discriminação nos relatórios finais de execução do Programa Artes e Reinserção Social, em parceria com a DGRSP (Estabelecimentos Prisionais e Centros Educativos) e do Programa Arte sem Limites	Relatório final de execução produzido	Cultura	DGARTES, GEPAC, DGRSP		x			
		Relatório final de execução produzido		DGARTES, GEPAC		x			
	Processo de «recrutamento às cegas» /Orquestra Sinfónica - Teatro Nacional de São Carlos - TNCS/Organismo de Produção Artística, EPE - OPART	Processo de «Recrutamento às cegas» aplicado em todos os processos de recrutamento	Cultura	TNSC/OPART	x	x	x	x	x

Área 2 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
2.11. Promover maior diversidade na programação artística das entidades públicas da área da cultura e desenvolver ações e programas culturais que contemplem nos seus objetivos o combate ao racismo e à discriminação étnico-racial e que valorizem o conhecimento, reconhecimento e respeito pelas culturas, história e legado das populações afrodescendentes, ciganas, asiáticas, comunidades migrantes, entre outras	Apoio a projetos no Programa de Apoio à Ação Cultural da DRC-Norte, DRC-Centro, DRC-Alentejo, DRC-Algarve, incluindo objetivos de prevenção e combate ao racismo e à discriminação	Avisos lançados por DRC	Cultura	DRC-Norte, DRC-Centro, DRC-Alentejo, DRC-Algarve	1				
	Apoio a projetos no Programa DiVaM – Dinamização e Valorização dos Monumentos, incluindo critérios de valorização no âmbito da prevenção e combate ao racismo e à discriminação	Aviso lançado	Cultura	DRC-Algarve	x				
	Dinamização de um Referencial para a Diversidade na Comunicação do Destino, através da construção de recomendações e melhores práticas para inclusão de diversidade na comunicação do Destino, expressas nas comunicações com os turistas e nos materiais de promoção, demonstrando que a diversidade representa um ativo na promoção do Destino	<i>Framework</i> para inclusão de Diversidade na comunicação produzido	Turismo	Turismo de Portugal	x				
	Taxa de materiais de comunicação que incluem o <i>framework</i>				50%	80%	100%	100%	100%
	Sensibilização da equipa do Plano Nacional de Cinema para que sejam adquiridos os direitos de exibição de filmes e escritos materiais pedagógicos sobre os mesmos, assegurando que são representadas comunidades discriminadas	N.º de <i>dossiers</i> pedagógicos	Cultura, Educação	DGE, Instituto do Cinema e do Audiovisual, IP - ICA, Cinemateca, CICDR, ACM		20			

Área 3 — Ensino superior

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
3.1. Definir um contingente especial adicional de alunos das escolas TEIP no acesso ao ensino superior e cursos técnicos superiores profissionais (TESP)	Criação de Contingente Especial para candidatos do Programa «Territórios Educativos de Intervenção Prioritária» no Concurso Nacional de Acesso	Contingente especial criado no âmbito do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2022-2023 (Portaria)	Ensino Superior, Integração e Migrações, Educação	Direção-Geral do Ensino Superior - DGES		x			
		Regime Jurídico de Graus e Diplomas alterado para criação de preferências na colocação dos alunos provenientes de unidades orgânicas dos TEIP em TESP				x			
		N.º de alunos colocados ao abrigo do contingente especial			500	1000	1500	2000	
	N.º de alunos colocados em TESP ao abrigo da preferência		150	300	500				
	Protocolos para iniciativas de proximidade de alunos das escolas TEIP às IES e centros de investigação	N.º de unidades orgânicas TEIP abrangidas por protocolo	Ensino Superior, Integração e Migrações, Educação	IES	50	50	36		

Área 3 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
<p>3.2. Elaborar em conjunto com as IES recomendações para que, no quadro da respetiva autonomia pedagógica, científica e administrativa, possam promover:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Inclusão nos planos curriculares de estratégias de educação contra o racismo e sobre diversidade, e a história e contribuição das pessoas afrodescendentes e ciganas • Desenvolvimento de investigação nas áreas objeto do PNCRD 2021-2025 • Promoção de uma maior representatividade de grupos discriminados entre o pessoal docente e não docente, e pessoal dirigente • Códigos de Conduta de prevenção e combate ao racismo e discriminação, que incluam mecanismos e procedimentos de queixa • Mecanismos de acompanhamento e apoio a estudantes estrangeiros em articulação com o movimento associativo • Mecanismos de acompanhamento e apoio aos alunos do contingente TEIP 	Aprovação das recomendações	N.º de IES com recomendações implementadas	Ensino Superior	IES, DGES		15	30	30	30
		Projetos de investigação submetidos para financiamento				x	x		
<p>3.3. Acompanhar e disseminar os resultados dos projetos de investigação apoiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT em matéria de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Discursos de ódio racistas, xenófobos, de género, homofóbicos, entre outros, na internet • Exposição de jovens e crianças a discurso de ódio e a <i>cyberbullying</i> em comunidades e grupos <i>online</i> • Enquadramento legal do crime de incitamento ao ódio e à violência e do discurso de ódio à luz das recomendações de organizações internacionais 	Ações de divulgação dos projetos de investigação	N.º de projetos de investigação	Cidadania e Igualdade, Ensino Superior	FCT, CICDR	6	6			

Área 3 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
3.4. Acompanhar e disseminar os resultados dos projetos apoiados pelo concurso especial «Portugal e o Holocausto: investigação e memória», lançado pela FCT, designadamente os recursos pedagógicos em produção e repositórios	Ações de divulgação dos projetos de investigação	N.º de projetos de investigação	Ensino Superior	FCT, Observatório	6	6			
		N.º de ações de divulgação implementadas (e.g., congressos, debates, palestras, sites)							
3.5. Lançar um concurso especial para apoio a projetos de investigação em matéria de memória da escravatura e do colonialismo, e presença histórica dos grupos discriminados, no âmbito da FCT e do Observatório	Lançamento do aviso e ações de divulgação dos projetos de investigação	Aviso lançado	Ensino Superior, Cidadania e Igualdade	FCT, Observatório		x			
3.6. Valorizar os projetos apoiados pelo programa Erasmus+ que versem sobre inclusão, a qual é uma das prioridades transversais do programa, bem como garantir a disseminação dos seus resultados	Ações de divulgação dos projetos financiados	Projetos financiados	Ensino Superior	Agência Erasmus+	x				
	Valorização de projetos apresentados por alunos de grupos discriminados					x			
3.7. Mobilizar as IES para criarem incentivos para estudantes das escolas TEIP no âmbito do Impulso Jovem STEAM (no quadro do PRR)	Lançamento de concurso ao Programa Impulso Jovem STEAM e ações para mobilização de candidaturas que contemplem incentivos ou medidas destinadas a estudantes oriundos de escolas TEIP	Aviso lançado	Ensino Superior, Educação, Cidadania e Igualdade	DGES, CICDR, IES	x				
		N.º de ações junto de IES			5				

Área 3 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
3.8. Promover o acesso, frequência e conclusão do ensino superior designadamente através do Programa Operacional de Promoção da Educação (Programa OPRE) dirigido a estudantes ciganos do ensino superior e do Programa ROMA Educa para estudantes ciganos no âmbito do 3.º ciclo do ensino básico ou do ensino secundário	Lançamento e acompanhamento do Programa OPRE - Bolsas de estudo para o Ensino Superior dirigidas a pessoas ciganas	N.º de bolseiros OPRE	Integração e Migrações, Ensino Superior	ACM	40	40	45	50	60
	Reforço do Programa ROMA Educa - Bolsas de estudo para o 3.º ciclo e ensino secundário dirigidas a pessoas ciganas	N.º de bolseiros ROMA Educa	Integração e Migrações	ACM	500	500	750	1000	1200
3.9. Análise e revisão da legislação referente ao enquadramento de estudantes estrangeiros (em matéria de vistos e reconhecimento e equivalência de diplomas), bem como aos processos de acesso e permanência de estudantes e investigadores estrangeiros	Operacionalização do grupo de trabalho com missão de analisar soluções que assegurem maior eficácia e eficiência no âmbito do acesso e permanência, em Portugal, de estudantes do ensino superior e investigadores nacionais de países terceiros	Constrangimentos identificados e processo de concessão de vistos a estudantes do ensino superior simplificado	Ensino Superior, Negócios Estrangeiros, Integração e Migrações, Administração Interna	DGES, Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas - DGACCP, ACM, SEF		x			
		Requisitos harmonizados e propostas apresentadas de simplificação de procedimentos tendentes à concessão de vistos				x			
	Alargamento do número de países e graus académicos automaticamente reconhecidos em Portugal	N.º de países e graus automaticamente reconhecidos	Ensino Superior	DGES	40	42	44	46	48

Área 4 — Trabalho e emprego

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
4.1. Divulgar conhecimento e incentivar práticas de contratação para promover maior diversidade (e.g., práticas de recrutamento inclusivo, designadamente de recrutamento cego; metodologias desenvolvidas com parceiros sociais) e práticas que assegurem igualdade na progressão na carreira e o acesso a lugares de liderança por parte de profissionais de grupos discriminados, tendo em conta as características dos setores e atividades, e em articulação com redes existentes	Divulgação de recursos e realização de ações de formação sobre contratação inclusiva, no âmbito da Carta Portuguesa para a Diversidade (APPDI) e sobre recrutamento ético, no âmbito da Rede Global para o Recrutamento Ético da Organização Internacional para as Migrações (OIM)	N.º de recursos	Integração e Migrações, Cidadania e Igualdade	APPDI, OIM, ACM, CICDR	2	2	2	2	2
		N.º de ações de formação			1	1	1	1	1
	Integração de módulo sobre recrutamento cego nas ações de formação para técnicos do IEFEP desenvolvidas no âmbito da medida 1.1.	Módulo criado	Trabalho	IEFEP		x			
	Sessões de sensibilização para empregadores desenvolvidas pelo IEFEP no âmbito do recrutamento e em articulação com os parceiros sociais	N.º de sessões	Trabalho	IEFEP, parceiros sociais	0	2	2	2	2
	Levantamento e divulgação de cláusulas de Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho - IRCT nacionais e boas práticas dos parceiros sociais, em matéria de prevenção e combate à discriminação étnico-racial, e ainda levantamento e divulgação de boas praticas internacionais	Levantamento promovido	Trabalho	Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho - DGERT, Organização, Internacional do Trabalho - OIT Lisboa			x		
	Apoio a projetos piloto que promovam a intervenção e representação de movimentos sindicais junto dos trabalhadores em contextos de trabalho mais precários e atípicos, e respetiva articulação com associações antirracistas, imigrantes, ciganas e outras relevantes	N.º de ações de sensibilização de organizações sindicais (nacionais e setoriais)	Integração e Migrações	ACM, ACT, associações sindicais	2	2	2	2	2



Área 4 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
4.1. (cont.)	Cursos de Formação para o Turismo (ex: REFUTUR), nos segmentos da hospitalidade e serviço, com estágios integrados e em territórios sinalizados, para promover a inserção no mercado de trabalho de pessoas refugiadas e migrantes em Portugal	Referencial de formação revisto	Turismo	Turismo de Portugal, Rede EHT, ACM	x				
		N.º de ações realizadas com estágios integrados			1	1	1	1	
4.2. Promover códigos de conduta, ferramentas de apoio e formação para as entidades empregadoras, públicas e privadas, e agências privadas de colocação e empresas de trabalho temporário (ETT) em várias áreas da gestão de recursos humanos (RH)	Produção de um Guia para o desenvolvimento e implementação de políticas de diversidade, com base no guia da OIT	Guia criado	Cidadania e Igualdade, Trabalho	CICDR, ACT, DGAEP, IES, parceiros sociais, OIT Portugal			x		
		Desenvolvimento de um código de conduta para agências e ETT, que inclui as questões da não discriminação nas práticas de gestão de RH	Código de conduta concluído	Trabalho	ACT, IEFP, Associação Portuguesa das Empresas do Setor Privado de Emprego e de Recursos Humanos (APESPE RH)		x		
	Ações de sensibilização e formação no âmbito do projeto formativo desenvolvido entre o IEFP e a Carta Portuguesa para a Diversidade	N.º de ações de formação	Trabalho	IEFP, APPDI, AKF, CICDR	36				
		N.º de pessoas abrangidas			720				
Reconhecimento e divulgação de boas práticas laborais nas empresas	Prémio lançado	Economia	Agência para a Competitividade Inovação, IP - IAPMEI, Instituto Português da Qualidade, IP - IPQ, Turismo de Portugal	1	1	1	1		



Área 4 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
4.3. Incluir conteúdos temáticos sobre estas matérias nos módulos das sessões coletivas de informação promovidas nos Serviços de Emprego para desempregados, tendo em vista promover a literacia de direitos	Revisão e disponibilização de conteúdos ajustados para as sessões de «direitos e deveres» e «lei geral do trabalho» das sessões coletivas de informação promovidas nos Serviços de Emprego para desempregados	Conteúdos incluídos	Trabalho	IEFP	x				
		N.º de candidatos a emprego abrangidos nas sessões				110000	115000	115000	112000
	Ações de formação em segurança no trabalho e igualdade e não discriminação para armadores, pescadores e outro pessoal com atividade profissional ligada às pescas, em português e inglês, em conjunto com as associações conexas	N.º de ações de formação	Mar	DOCAPESCA – Portos e Lotas, SA (DOCAPESCA), Mútua dos Pescadores, Associação Pro-Maior Segurança dos Homens do Mar, ACT	1	3	2	1	1
		N.º de formandos			14	42	28	14	14
4.4. Promover a produção de mais informação e conhecimento sobre situações concretas de racismo e discriminação no trabalho e no emprego, designadamente, melhorando o sistema de registo de queixas, processos e ações de fiscalização de situações de discriminação étnico-racial das entidades públicas competentes, promovendo a maior desagregação e cruzamento de dados administrativos de entidades que recebem denúncias, e promovendo novo inquérito às condições de trabalho a nível nacional e outros inquéritos	Desenvolvimento de uma <i>checklist</i> a aplicar nas ações de fiscalização da ACT em matéria de não discriminação	Elaboração de <i>checklist</i>	Trabalho	ACT		x			
	Realização de ações inspetivas específicas em matéria de não discriminação	N.º de ações inspetivas realizadas	Trabalho	ACT			3	3	3
	Desenvolvimento de mecanismos de articulação entre a ACT e a Inspeção-Geral de Finanças (IGF) com a CICDR no âmbito do regime jurídico de prevenção e combate à discriminação, através da criação de um Grupo de Trabalho para levantamento e análise de práticas, e identificação de necessidades de melhoria	Grupo de trabalho criado	Trabalho, Cidadania e Igualdade, Administração Pública	CICDR, ACT, IGF			x	x	x

Área 4 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
4.4. (cont.)	Promoção de estudos referentes às comunidades piscatórias, organização de produtores (OP), e empresas do setor da pesca, tendo em vista analisar potenciais experiências de discriminação (interseccional) e apresentar sugestões de combate e mitigação às situações identificadas, através da criação do «Guia de Igualdade e Inclusão»	N.º de protocolos com IES, OP e Empresas do Setor, para elaboração e divulgação dos estudos	Mar	DOCAPESCA, OP, Empresas do Setor, IES	2	2	3	3	4
		N.º de estudos elaborados e divulgados			1	1	1	4	5
4.5. Promover, no âmbito de medidas de apoio ao emprego, a integração de trabalhadores de grupos discriminados, designadamente de jovens desempregados (e.g. disseminar amplamente os apoios existentes à contratação e mobilizar candidaturas), contribuindo para o combate ao racismo e à discriminação, e simultaneamente responder ao desafio demográfico do país na correção de assimetrias territoriais, apoiando as economias locais, a atração e fixação de talento e a criação de emprego digno e qualificado	Sessões/reuniões entre o IEFP e serviços de emprego e associações representativas dos grupos em situação de vulnerabilidade na mobilização de candidaturas	N.º de sessões/reuniões	Trabalho	IEFP, ACM	2	2	2	2	2
	Sessões/ <i>webinars</i> de divulgação dos apoios à contratação junto de entidades, para estimular o n.º de candidaturas	N.º de sessões realizadas	Trabalho	IEFP	1	2	2	2	2
	Ações de sensibilização para a contratação de pessoas ciganas dirigidas a entidades empregadoras	N.º de ações	Integração e Migrações	ACM	3	4	5	5	5
	Criação de protocolos entre instituições e entidades empregadoras (públicas e privadas) com vista a integrar pessoas ciganas no mercado de trabalho	N.º de pessoas ciganas contratadas	Integração e Migrações	ACM	4	6	8	10	12
	Conceção de um Plano Integrado de Comunicação Estratégica do Serviço Militar, que reforce os apoios existentes e que fomente a diversidade nas forças armadas	Plano aprovado	Defesa Nacional	DGRDN		x			



Área 4 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
4.5. (cont.)	Abertura e divulgação de apoios ao emprego, designadamente que visem a promoção da fixação de pessoas nos territórios do interior e atração de mão de obra qualificada do exterior, através da imigração	Abertura de apoios no âmbito do Programa Trabalhar no Interior	Trabalho, S. e Segurança Social	IEFP	x	x	x	x	x
		Abertura de apoios no âmbito do Programa + CO3SO Emprego	Coesão Territorial	Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais Regionais		x	x		
4.6. Promover a formalização de situações de trabalho não declarado e de desproteção social, junto da segurança social	Revisão da legislação laboral para regular adequadamente as novas formas de trabalho e assegurar direitos laborais e de proteção social a estes trabalhadores (por exemplo, das plataformas digitais), combater o recurso abusivo ao trabalho temporário aumentando a responsabilização dos utilizadores, com maior transparência e prestação de informação e reforço da estabilidade laboral dos quadros das empresas de trabalho temporário	Proposta de lei apresentada à Assembleia da República (AR)	Trabalho		x				
		Estudo lançado	Cidadania e Igualdade	CIG	x				

Área 5 — Habitação

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
5.1. Mobilizar as autarquias para aderirem a programas de política de habitação como o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação e a Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (no quadro do PRR) e para, nesse âmbito, assegurarem soluções habitacionais destinadas a grupos discriminados, nomeadamente pessoas ciganas e afrodescendentes, que vivam em precariedade habitacional	Reuniões com as Comunidades Intermunicipais (CIM) e Áreas Metropolitanas (AM)	N.º de reuniões	Habitação, Cidadania e Igualdade, Integração e Migrações, Ação Social, Administração Pública	CIM, AM	23	23	23	23	23
	Abertura a Candidaturas - Bolsa de Alojamento Urgente e Temporário	Aviso único lançado	Habitação	IHRU	x				
	Articulação com as autarquias no âmbito do 1º Direito	Celebração de protocolos com as autarquias no âmbito do 1º Direito que integrem pessoas de grupos discriminados	Habitação	IHRU, Autarquias	x	x	x	x	x
	Disponibilização de respostas a famílias de grupos discriminados no âmbito da Bolsa de Alojamento Urgente e Temporário	Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário aprovado	Habitação, Segurança Social, Cidadania e Igualdade, Integração e Migrações	IHRU, ISS, CIG, ACM, ANMP	x				
5.2. Promover o combate à discriminação no acesso ao mercado habitacional, bem como ao assédio no arrendamento, designadamente através de ações de sensibilização e informação junto de senhorios, proprietários, promotores e financiadores, incluindo entidades bancárias, e ações de literacia de direitos junto dos grupos discriminados	Divulgação de informação sobre o disposto na legislação aplicável no que diz respeito ao acesso ao arrendamento, designadamente através de conferências e ações de formação	N.º de ações realizadas junto de entidades da AP	Habitação	Entidades da AP, IHRU	1	1	1	1	1
		N.º de ações para a Associação Nacional de Proprietários (ANP)	Habitação, Integração e Migrações	IHRU, ACM, ANP, OSC	1	1	1	1	1
	Produção e divulgação de materiais informativos sobre direitos e mecanismos de proteção contra a discriminação e assédio no arrendamento e aquisição de habitação, designadamente a CICDR e o Serviço de Injunção em Matéria de Arrendamento	N.º de ações de divulgação	Habitação, Justiça, Cidadania e Igualdade	IHRU, CICDR, DGAJ, Direção-Geral do Consumidor		1		1	

Área 5 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
5.3. Incentivar as autarquias a adotar práticas que garantam a transparência e adequação dos processos de realojamento e a participação das comunidades, com o envolvimento de mediadores interculturais sempre que se demonstre adequado. Paralelamente, assegurar, sempre que necessário, a prestação de serviços essenciais e garantir a existência de alternativas aquando de eventuais demolições	Contratação, formação e envolvimento de mediadores interculturais nos processos de realojamento	N.º de mediadores interculturais de grupos discriminados, designadamente ciganos e afrodescendentes	Integração e Migrações	DGAL, ACM, Autarquias	3	3	5	5	7
	Articulação do ACM com as equipas locais que acompanham o processo de realojamento e de integração das famílias e vizinhanças, designadamente ao nível das juntas de freguesia e envolvendo representantes das comunidades	N.º de reuniões	Integração e Migrações	ACM, IHRU, Autarquias, OSC	10	10	10	10	10
5.4. Promover o desenvolvimento de intervenções integradas e participadas ao nível dos bairros e áreas urbanas segregadas ou degradadas, assentes em processos requalificação urbanística e social, em eventual articulação com programas como o Programa Bairros Saudáveis	Promoção ou apoio de intervenções de reabilitação em património edificado	Intervenções de grande reabilitação no parque habitacional do IHRU	Habituação	IHRU	150	170	200	250	300
	Intervenções nos bairros sociais e espaços segregados, nomeadamente no âmbito das relações de vizinhança, da melhoria dos transportes públicos, e da valorização da diversidade, requalificação, espaços verdes e outros	N.º de intervenções	Saúde, Integração e Migrações, Habituação	Autarquias	x	x	x	x	x
		N.º de projetos do Programa Bairros Saudáveis promovidos por ou com parcerias de associações ciganas ou migrantes	Saúde, Integração e Migrações	ACM	21				

Área 5 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
5.5. Priorizar políticas e condições que assegurem a integração social das soluções habitacionais públicas disponibilizadas, procurando desse modo evitar fenómenos de segregação urbana e exclusão socioterritorial	Apoio técnico e financeiro aos municípios com vista à elaboração e apresentação de Estratégias Locais de Habitação (ELH) em conformidade com os princípios do Programa 1.º Direito, nomeadamente, o Princípio da Integração Social e o Princípio da Participação	N.º de ELH em conformidade com os princípios do 1.º Direito, entre as estratégias apresentadas ao IHRU	Habitação	IHRU, Autarquias	70				
	Reforço da execução de medidas municipais de arrendamento, combatendo a discriminação no acesso ao mesmo	N.º de ações junto de municípios sobre discriminação no arrendamento	Integração e Migrações	ACM	10	10	10	10	10
	Desenvolvimento e implementação de respostas habitacionais que promovam a integração das pessoas com vista à sua inclusão social, no âmbito da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (BNAUT) e da Estratégia Nacional para Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA)	N.º de entidades disponíveis na BNAUT N.º de protocolos celebrados N.º de vagas criadas	Habitação, Ação Social	ISS, IHRU, ACM, CIG, ANMP	x	x	x	x	x
5.6. Promover a produção de mais conhecimento, à escala nacional, regional ou local, através da realização de inquéritos e estudos que permitam atualizar e aprofundar os dados atualmente disponíveis, nomeadamente ao nível do diagnóstico das situações de precariedade habitacional experienciadas por grupos discriminados e no âmbito do recenseamento de pessoas em situação de sem abrigo	Instalação e funcionamento do Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana com vista a recolher e divulgar informação sobre as situações de precariedade habitacional diagnosticadas no âmbito do programa 1.º Direito	Relatório sobre situações de precariedade habitacional, incluindo discriminação étnico-racial	Habitação	IHRU, ACM		x			

Área 6 — Ação social e saúde

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas					
					2021	2022	2023	2024	2025	
6.1. Garantir a universalidade no acesso aos cuidados de saúde e de assistência médica prestados pelas instituições e serviços que constituem o Serviço Nacional de Saúde, em condições de igualdade e sem discriminação em razão da origem étnico-racial ou da nacionalidade, incluindo interseccional	Implementação do Número Nacional de Utente, conforme Regulamento do Registo Nacional de Utentes (RNU) 2018, para todos os cidadãos em situação irregular, nomeadamente e de forma prioritária, crianças e grávidas de forma a permitir monitorizar vigilância de saúde e emissão da Notícia de Nascimento digital no registo de saúde eletrónico (RSE)	Número Nacional de Utente implementado	Saúde	Direção-Geral da Saúde (DGS), Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), ACSS	x	x	x	x	x	
6.2. Desenvolver ações de promoção de literacia em saúde, de estilos de vida saudável, de envelhecimento ativo e de recurso aos cuidados de saúde junto de grupos populacionais de contextos socioeconómicos desfavorecidos, excluídos ou em situação irregular	Ações de informação e materiais sobre as várias dimensões que integram o acesso à saúde por parte das comunidades migrantes em Portugal e ações dirigidas a pessoas ciganas	N.º de ações realizadas	Saúde, Integração e Migrações	ACM, Associações Ciganas, projetos do Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (FAPE), projetos do PE	4	6	8	10	16	
		N.º de pessoas ciganas envolvidas		20	50	70	100	150		
		N.º de pessoas migrantes envolvidas		30	70	100	150	150		
		N.º de materiais sobre os direitos do utente em várias línguas		2	2	2	2	2		
	Promoção de programas de saúde comunitária (incluindo designadamente rastreios - e.g., cancro da mama, útero, reto) e sensibilização sobre a importância e acompanhamento no acesso aos cuidados de saúde materna, infantil e reprodutiva, envolvendo as comunidades na formação de planos/projetos locais de saúde - e.g., unidades de saúde familiar (USF) e Agrupamento de Centros de Saúde (ACES)	N.º de pessoas migrantes envolvidas	N.º de ações realizadas	Integração e Migrações, Saúde	ACM, Associações Ciganas, projetos FAPE, projetos do PE, Associações de Imigrantes e Refugiados, outras OSC	4	6	8	10	16
			N.º de pessoas ciganas envolvidas			20	50	70	100	150
					30	70	100	150	150	



Área 6 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
6.3. Reforçar as respostas de proximidade, no âmbito dos cuidados de saúde primários, incluindo saúde mental, e da Rede de Cuidados Continuados Integrados, em articulação com as restantes estruturas da comunidade incluindo as organizações da sociedade civil (no quadro do PRR)	Reforço da Rede Nacional de Núcleos (Hospitalares) de Apoio à Criança e Jovem em Risco - N(H)ACJR e Equipas para a Prevenção da Violência em Adultos (EPVA), enquanto resposta de proximidade para a área do risco e vulnerabilidade	Reforço de profissionais e afetação horária tendo em vista assegurar a composição multidisciplinar de todas as equipas	Saúde	Conselhos de Administração Hospitalares e ARS					
		N.º de ACES abrangidos pelo Projeto Práticas Saudáveis - Fim à Mutilação Genital Feminina (MGF)		CIG, ARS, ONG		15			
	Reforço da intervenção contra as práticas tradicionais nefastas	N.º de profissionais formados para a prevenção e combate à MGF	Cidadania e Igualdade, Saúde			300	300	300	300
		Apoio lançado para OSC com intervenção contra a MGF e os casamentos infantis, precoces e forçados		CIG, OSC	x	x	x	x	x
6.4. Promover a formação e colocação de mediadores interculturais bem como o acesso a serviços de tradução nos hospitais, centros de saúde e linhas telefónicas de saúde	Desenvolvimento de projetos piloto em territórios com elevada presença de grupos discriminados	N.º de projetos piloto	Saúde	ACM					



Área 6 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
6.5. Produzir mais conhecimento sobre as trajetórias e nível de representação de grupos discriminados no Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (com medidas de promoção e proteção em meio natural de vida e em acolhimento residencial e familiar)	Melhoria de recolha e gestão de dados estatísticos	Data de introdução de alteração da recolha na base de dados e elaboração de relatório detalhado sobre as crianças	Trabalho, S. Seg. Social, Justiça	CNCPCJ, ISS, SCML, DGRSP, NACJR		31/jan	1 relatório	1 relatório	1 relatório
	Monitorização do sistema de acolhimento residencial e familiar e revisão dos indicadores, estabelecendo um sistema global de recolha e análise de dados relativos à aplicação dos direitos das crianças e jovens previstos na Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) e nos Protocolos Facultativos (PF)	Data da apresentação do Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens (CASA)	Trabalho, S. Seg. Social	ISS, Casa Pia de Lisboa, SCML, ISS Região Autónoma da Madeira (RAM), ISS Região Autónoma dos Açores (RAA)	30/jul	30/jul	30/jul	30/jul	30/jul
	Desenvolvimento do Sistema de Informação da Assessoria Técnica aos Tribunais	Aplicação construída com interligação aos tribunais	Trabalho, S. Seg. Social, Justiça	ISS, Instituto de Informática, I.P. (II)		30/dez			
6.6. Promover a acessibilidade das crianças migrantes a proteção social	Avaliação das condições de acesso aos sistemas de proteção e ação social das crianças migrantes que não disponham de um título válido para a entrada, permanência ou residência em território nacional, com vista à garantia da sua proteção social	Avaliação concluída com definição das medidas e eventuais alterações legislativas necessárias	S. Seg. Social, Integração e Migrações	ISS, ACM		31/mar			



Área 6 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
6.7. Desenvolver equipas multidisciplinares de intervenção social, a criar em todo o território de Portugal continental, enquanto respostas de proximidade que garantam serviços de apoio social diversificados e adequados às necessidades de públicos em situação de exclusão social, nos seus contextos de vida (no quadro do PRR)	Construção e disseminação de um Guião Técnico para respostas sociais de caráter comunitário que plassem preocupações com a intervenção de proximidade e integrada, e com perspetiva antirracista	Guião concretizado	Trabalho, S. Seg. Social	Direção-Geral da Segurança Social (DGSS), ISS, Autarquias		x			
		% de respostas sociais com conhecimento do Guião					75%		
	% de Plataformas Supraconcelhias da Rede Social em que o Guião é apresentado					40%			
	% de concelhos com equipas criadas				55%	45%			

Área 7 — Justiça, segurança e direitos

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
7.1. Promover serviços de aconselhamento, orientação e informação a vítimas de discriminação, designadamente em articulação com a OA, e ações e campanhas de literacia de direitos e de acesso ao direito, visando capacitar as vítimas de manifestações de discriminação e racismo, e aumentar a confiança nas instituições e o conhecimento sobre a sua intervenção	Protocolos de colaboração para implementação destes serviços e respetiva articulação com serviços com competência em matéria de proteção contra a discriminação	Piloto lançado	Cidadania e Igualdade, Justiça	CICDR, OA, Autarquias		x			
	Divulgação dos serviços disponíveis no ACM na área da justiça, segurança e direitos, e recursos para migrantes com informação útil designadamente sobre mecanismos de proteção contra a discriminação, aquisição de nacionalidade, aquisição ou arrendamento de habitação, educação, serviços de cuidado a dependentes e de saúde, a disponibilizar em vários idiomas	N.º de materiais e dispositivos informativos produzidos e divulgados	Cidadania e Igualdade, Integração e Migrações, Justiça	ACM, DGAJ, CICDR	2	2	2	2	2
	Ações de sensibilização e campanhas regulares de divulgação, de âmbito nacional, sobre direitos e sobre os serviços com competência em matéria de proteção contra a discriminação (e.g., CICDR, APCVD, ACT, Entidade Reguladora para a Comunicação Social - ERC)	Campanhas lançadas	Cidadania e Igualdade, Justiça, Educação, Trabalho, Cinema, Audiovisual e Media	CICDR, DGAJ, APCVD, ACT, ERC, outras entidades que colaboram com a CICDR		x	x	x	x
7.2. Autonomizar e reforçar a Comissão para a Igualdade e contra a Discriminação Racial, na prevenção e combate a qualquer forma de discriminação nas várias áreas da sua competência, desde a proteção social, incluindo a segurança social e os cuidados de saúde, aos benefícios sociais, à educação, acesso a bens e serviços e seu fornecimento, incluindo a habitação, e a cultura, e na articulação com outras entidades competentes como a ACT e a APCVD	Revisão do modelo da CICDR e apresentação de proposta legislativa	Proposta apresentada	Presidência	CICDR, SGPCM	x				



Área 7 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
7.3. Avaliar a possível revisão da legislação em matéria de combate à discriminação e ao discurso de ódio, designadamente o quadro legal em matéria de proteção contra a discriminação múltipla e interseccional, no âmbito contraordenacional, e tendo em vista adequar a legislação penal respeitante ao crime de discriminação e incitamento ao ódio e à violência às recomendações de julho de 2018 da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI) do Conselho da Europa e do 5.º Relatório do Comité dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, relativo à aplicação por Portugal do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, de 2020	Revisão do artigo 240.º do Código Penal à luz dos instrumentos internacionais que vinculam o Estado Português, alargando o tipo incriminador para acomodar todas as discriminações proibidas	Proposta de lei de revisão do artigo 240.º do Código Penal aprovada	Justiça		x				
	Robustecimento do sistema sancionatório contraordenacional, revendo as molduras das coimas e as condutas sancionadas	Proposta de lei aprovada	Presidência			x			
	Apoio à produção de um livro branco sobre o quadro legal em matéria de proteção contra a discriminação múltipla e interseccional	Projeto lançado	Cidadania e Igualdade	CIG	x				
7.4. Produzir mais conhecimento sobre o sistema prisional e tutelar educativo (e na sua relação com o sistema de promoção e proteção de crianças e jovens), ao nível de trajetórias e presença de grupos discriminados	Promoção da elaboração de um estudo de caracterização da população prisional portuguesa que evidencie as necessidades e expectativas dos diversos grupos étnicos que a compõem e que avalie a adequação das respostas disponíveis no sistema prisional, em matéria de ressocialização e integração social, numa perspetiva presente e futura; e reformulação dos indicadores de gestão de molde a manter atualizado o diagnóstico sobre as necessidades e expectativas dos diversos grupos étnicos que compõem a população prisional portuguesa	Procedimento concursal lançado para a elaboração do estudo	Justiça	DGRSP, IES		x			
		Estudo iniciado					x		
		Estudo concluído							



Área 7 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
7.5. Implementar o Plano de Prevenção de Manifestações de Discriminação nas Forças e Serviços de Segurança (PPMD-FSS)	Implementação das medidas previstas no PPMD-FSS (cuja apresentação pública ocorreu em 19/3/2021)	Plano implementado	Administração Interna	IGAI, GNR, PSP, SEF	x	x	x	x	x
7.6. Monitorizar indicadores relacionados com a atividade das FSS (e.g., ocorrências no Programa Escola Segura - PES) e promover o conhecimento sobre as eventuais situações de discriminação por parte de elementos policiais (PPMD-FSS)	Disponibilização regular de dados relativos às ocorrências do PES associadas a episódios de discriminação (com base em diferentes fatores)	Inclusão na caracterização das ocorrências de dados estatísticos sobre potenciais situações de discriminação	Administração Interna	GNR, PSP, SGMAI		x	x	x	x
	Recolha e sistematização de dados estatísticos, no contexto de um objetivo previsto no PPMD-FSS	Dados estatísticos disponibilizados com periodicidade anual	Administração Interna	IGAI, GNR, PSP, SEF		x	x	x	x
7.7. Definir/reforçar mecanismos de intervenção de caráter preventivo aquando da manifestação por parte de elementos policiais no exercício de funções de primeiros sinais de atitudes/comportamentos discriminatórios (PPMD-FSS)	Apresentação de relatório contendo propostas para a materialização destes mecanismos preventivos e implementação das medidas propostas, no contexto de um objetivo previsto no PPMD-FSS	Medidas propostas implementadas	Administração Interna	IGAI, GNR, PSP, SEF	1	1	1	1	1
7.8. Avaliar a possibilidade de formar e envolver mediadores interculturais em ações das FSS, reforçando a articulação entre estes e as FSS, designadamente no âmbito dos Contratos Locais de Segurança	Realização de experiências/ações envolvendo mediador intercultural em zonas de ação das FSS em que se afigure especialmente relevante dada a diversidade social/cultural/étnica presente	N.º de experiências/ações implementadas que envolvem um mediador intercultural na relação entre as FSS e as comunidades locais	Administração Interna	GNR, PSP, ACM, outras entidades		2	10	20	40
7.9. Avaliar a possibilidade de formar e envolver mediadores interculturais e tradutores em serviços prisionais	Articulação com entidades consulares e da sociedade civil para, no âmbito de acordos de cooperação existentes ou a celebrar, realizarem uma intervenção direta de apoio e orientação a cidadãos, nacionais e estrangeiros, que se encontrem privados de liberdade	N.º de estabelecimentos prisionais de nível alto de segurança e de elevado grau de complexidade de gestão com mediadores	Justiça	DGRSP, Entidades Consulares, OSC		5	10	15	20



Área 7 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
7.10. Emitir normativos sobre a interação dos membros das FSS com os demais cidadãos e cidadãs, nomeadamente ao nível da aplicação de medidas de polícia para a não utilização de estereótipos raciais, étnicos, religiosos ou outros, designadamente nos autos de notícia e tendo em vista desenvolver mecanismos de prevenção de definição de perfis que resultem em ações discriminatórias	Definição de boas práticas no relacionamento das FSS com os cidadãos em geral, no contexto de um objetivo previsto no PPMD-FSS	N.º de normativos emitidos e com referência aos cuidados a ter, designadamente ao nível do Autos de notícia	Administração Interna	IGAI, GNR, PSP, SEF	3				
		N.º de normativos emitidos e com referência aos cuidados a ter, designadamente ao nível da prevenção de perfis que resultem em ações discriminatórias em termos de decisões operacionais ou no âmbito da investigação criminal			3				
7.11. Apresentar proposta legislativa que viabilize a utilização de sistemas de vigilância por câmaras de vídeo pelas FSS (e.g. <i>body cam</i>)	Apresentação de proposta legislativa	Proposta apresentada	Administração Interna	IGAI, GNR, PSP, SEF	x				
7.12. Realizar, por parte das FSS, ações de sensibilização junto da comunidade, nomeadamente a escolar, no âmbito dos temas da discriminação, direitos humanos, racismo e xenofobia	Realização regular de ações de sensibilização no contexto do Programa Escola Segura - PES	N.º de ações de sensibilização grupal realizadas e de contactos individuais efetuados	Administração Interna	GNR, PSP	1000	1000	1000	1000	1000
		N.º de pessoas abrangidas			20000	20000	20000	20000	20000
7.13. Implementar, por parte das FSS, projetos/programas/parcerias que contribuam para a promoção da segurança, tendo especificamente em linha de conta a diversidade de contextos sociais e culturais em que atuam	Implementação e monitorização de projetos/parcerias destinados a promover a segurança, assumindo uma vertente de especial atenção à diversidade social e cultural existente	N.º de projetos/parcerias em curso e monitorizadas	Administração Interna	GNR, PSP, SEF, ACM, outras entidades		2	10	20	40

Área 8 — Participação e representação

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
8.1. Apoiar e capacitar o funcionamento e participação de associações representativas de grupos discriminados em plataformas e estruturas consultivas nacionais, regionais e locais	Divulgação de ofertas e apoio na consulta/candidaturas/participação em plataformas e estruturas existentes, como os orçamentos participativos ou consultas públicas	N.º de associações apoiadas	Integração e Migrações	ACM, OSC	3	5	8	10	12
	Divulgação, junto das associações representativas de grupos discriminados, da oferta do Ministério dos Negócios Estrangeiros relativa a eventos e atividades abertas ao público em geral	N.º de comunicações	Negócios Estrangeiros	Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), ACM, CICDR, OSC	3	3	3	3	3
	Convite às associações representativas de grupos discriminados para participação na sessão anual da CNDH aberta à sociedade civil	N.º de comunicações/sessões	Negócios Estrangeiros	CNDH, ACM, CICDR, OSC	1	1	1	1	1
	Mobilização das autarquias para incluírem as associações locais representativas de grupos discriminados nas respetivas estruturas consultivas	Mapeamento de associações pelo ACM, enviado a todas as Câmaras Municipais e AM	Integração e Migrações, Administração Local	ACM, CICDR, Autarquias, SGPCM		x			
8.2. Desenvolver e apoiar ações e projetos que promovam a capacitação para o associativismo e para a participação cívica e política, de pessoas dos grupos discriminados	Programa de Apoio ao Associativismo Cigano (PAAC)	N.º de projetos apoiados no âmbito do PAAC	Integração e Migrações	ACM, OSC	8	10	10	12	12
	Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI)	N.º de projetos apoiados no âmbito do PAAI			25	25	25	25	25
	Ações de sensibilização e capacitação para o associativismo	N.º de ações realizadas		5	5	5	5	5	



Área 8 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
8.2. (cont.)	Apoio financeiro e técnico a organizações da sociedade civil sem fins lucrativos de combate à discriminação étnico-racial, para o desenvolvimento de projetos de <i>advocacy</i> e com ações de impacto e de proximidade, campanhas e recursos pedagógicos, e que prestem serviços de apoio direto (apoio social, psicossocial, apoio para promover a empregabilidade, etc) às comunidades afetadas	Apoio lançado	Planeamento, Presidência	SGPCM			x	x	x
	Promoção da participação de jovens de grupos discriminados, majorando apoios a associações juvenis que os integram, através da priorização e financiamento das associações juvenis que integram jovens com as características referidas	N.º de jovens participantes	Juventude e Desporto			200	250	250	300
	Reconhecimento de projetos de associativismo jovem e voluntariado jovem ligados à temática do combate ao racismo e discriminação	N.º de entidades promotoras envolvidas	Juventude e Desporto	IPDJ	5	5	5	5	5
8.3. Promover a representação de associações representativas dos grupos discriminados em delegações a fóruns internacionais e na elaboração, implementação e monitorização de políticas e programas no âmbito da política externa	Informação às associações representativas dos grupos discriminados de iniciativas relevantes em matéria da luta contra a discriminação racial e intolerância conexas, nomeadamente eventos e processos relativos aos mecanismos de seguimento da Declaração e Plano de Ação de Durban e da Década Internacional de Afrodescendentes, e em particular de eventuais oportunidades de participação da sociedade civil	N.º de comunicações	Negócios Estrangeiros	DGPE/ Divisão dos Direitos Humanos	1	1	1	1	1



Área 8 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
8.3. (cont.)	Envio de pedidos de contributos dirigidos à sociedade civil, em coordenação com outras áreas governativas, em matéria de direitos humanos e luta contra a discriminação racial e intolerância conexas, nomeadamente os pedidos provenientes do Escritório da Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos	N.º de comunicações	Negócios Estrangeiros	DGPE/Divisão dos Direitos Humanos	1	1	1	1	1
8.4. Apoiar a promoção de estudos e elaborar recomendações sobre a participação de pessoas dos grupos discriminados nos partidos políticos, em cargos de assessoria política e entre trabalhadores dos órgãos de soberania, e avaliar formas de ação positiva de promoção de maior diversidade e representatividade nesses cargos	Ações e projetos de proximidade que fomentem maior conhecimento sobre mecanismos de participação, processos participativos e capacitação, designadamente através de mentoria, redes na política, e formação para a intervenção cívica e política, promovendo a articulação com a AR	Apoio lançado	Planeamento, Presidência	SGPCM			x	x	x
	Apoio à elaboração de estudos e recomendações, nomeadamente para os partidos políticos, para a promoção da participação de grupos discriminados (e.g., pessoas ciganas, pessoas afrodescendentes e de pessoas migrantes e descendentes) em partidos políticos (nas estruturas e entre candidatos) ou em cargos de assessoria política, articulando com as associações representativas	Estudos publicados	Recomendações elaboradas para os partidos políticos	Integração e Migrações	ACM, ObCIG, Observatório das Migrações (OM), CICDR, OSC			x	
8.5. Avaliar formas de reforço da capacidade eleitoral de cidadãos estrangeiros	Reforço da informação e sensibilização para o recenseamento eleitoral e para a participação enquanto eleitores e eleitos de imigrantes, atenta a legislação nacional e internacional nesta matéria	N.º de materiais traduzidos em vários idiomas	Integração e Migrações, Administração Interna	ACM, Comissão Nacional de Eleições (CNE), SGMAI	2	2	2	2	2



Área 8 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
8.5. (cont.)	Intensificação dos esforços de celebração de mais acordos de reciprocidade entre o Estado português e outros países que permitam o acesso mais alargado de imigrantes aos processos eleitorais, enquanto eleitores e eleitos	Contactos bilaterais estabelecidos	Negócios Estrangeiros, Integração e Migrações, Administração Interna	DGPE, SGMAI, CNE, ACM	x	x	x	x	x
	Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar, que implemente uma interoperabilidade entre o Recenseamento Eleitoral e o Registo de Estrangeiros (SEF), que permita a atualização de informação dos estrangeiros recenseados, incluído a comissão recenseadora, aquando da emissão de novos certificados de residência, permitindo assim aos cidadãos estrangeiros, uma atualização automática da sua morada e da sua comissão recenseadora	Grupo de trabalho criado	Administração Interna	SGMAI, SEF	x				
	Atualização do recenseamento, através da avaliação da validade dos documentos de identificação (ou título de residência), para cidadãos UE ou outros Estrangeiros Residentes (ER), que tenham documentos caducadas faz mais que 24 meses, de modo análogo ao já implementado para os nacionais residentes no estrangeiro	Soluções/infraestruturas tecnológicas implementadas					x		

Área 9 — Desporto

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
9.1. Promover o desporto escolar e o desporto federado junto das camadas jovens, como instrumento de interação entre os vários grupos étnico-raciais e de combate ao racismo e à discriminação	Ações de sensibilização contra o racismo e a discriminação no desporto aos Atletas da Residência do Centro de Alto Rendimento (CAR) Jamor	N.º de participantes	Juventude e Desporto	IPDJ		50		50	
	Apoio a projetos de federações desportivas, no âmbito do programa «Ética no Desporto» tendo em vista o combate ao racismo e à discriminação e a consciencialização e sensibilização aos agentes desportivos sobre a ameaça de atos de racismo aos valores que o desporto transmite, incluindo a realização de ações de sensibilização/formação	Relatório elaborado com levantamento dos projetos em vigor	Juventude e Desporto	IPDJ	x				
		N.º de federações com projetos apoiados				10	25	40	55
	Alargamento do Concurso Ética na Vida e no Desporto ligado ao tema -@interação grupos inter-raciais	Taxa de aumento do n.º AE participantes	Juventude e Desporto, Educação	DGE/Divisão o Desporto Escolar, IPDJ	3%	3%	3%	3%	3%
	Aplicação do cartão branco nas provas do Desporto Escolar, promovendo o <i>fair play</i> em todas as atividades	Taxa de aumento do n.º AE participantes	Juventude e Desporto, Educação	DGE/Divisão o Desporto Escolar, IPDJ	3%	3%	3%	3%	3%
	Realização de ações de formação e de sensibilização junto de crianças e jovens através do Plano Nacional de Ética no Desporto (PNED), onde esteja presente a temática do combate ao racismo	N.º de ações	Juventude e Desporto	PNED, parceiros, escolas e clubes	80	120	120	120	120
9.2. Reforçar a promoção de campanhas de prevenção e combate à discriminação no desporto, envolvendo diversas entidades públicas e privadas de todas as modalidades (federações, associações, clubes, Comité Olímpico e outros)	Violência Zero 2.0 - Campanha de sensibilização para a igualdade e a inclusão no desporto, com vista ao combate ao discurso de ódio, racismo e discriminação, através da criação de conteúdos positivos (e.g., anúncios regulares nos estádios, faixas antirracismo, dias antirracismo)	N.º de pessoas alcançadas pela campanha (<i>online e offline</i>)	Juventude e Desporto	IPDJ, APCVD		50000	150000		

Área 9 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
9.2. (cont.)	Campanha nacional de combate à discriminação e ao racismo, promovida pelo IPDJ em cooperação com o Desporto Escolar	N.º de produções audiovisuais	Juventude e Desporto	IPDJ		1	1	1	1
	Disseminação da brochura «Dislike ao Racismo no Desporto» através do PNED	N.º de brochuras distribuídas	Juventude e Desporto	IPDJ, PNED, Federações, Clubes	500	2000	2000	2000	2000
9.3. Desenvolver códigos de conduta, ferramentas de apoio e formação para as entidades do mundo do desporto, e reforçar o conhecimento de situações e contextos de racismo no desporto	Elaboração de módulo sobre a temática, em colaboração com a CICDR, para integrar os cursos de Gestor de Segurança, <i>online</i> e <i>offline</i>	Módulo elaborado e integrado N.º de gestores formados	Juventude e Desporto	APCVD, CICDR	x (formação <i>online</i>)	x (formação presencial)			
	Sessões de formação e sensibilização para funcionários-chave das organizações desportivas com lançamento de « <i>kits</i> » de formação de medidas de prevenção socioeducativa para organizadores sobre racismo, xenofobia e intolerância no desporto	<i>Kit</i> lançado N.º de formandos	Juventude e Desporto	APCVD, CICDR		1.ªs Jornadas APCVD «Violência Zero»	300	2.ªs Jornadas APCVD «Violência Zero»	300
	Promoção da articulação entre o Observatório Nacional da Violência contra os/as Atletas (OBNVA) e o Observatório Independente do Discurso de Ódio, Racismo e Xenofobia, para identificação e divulgação de boas práticas nas organizações desportivas de promoção da diversidade étnico-racial entre os seus dirigentes e praticantes e desenvolvimento de um estudo incluindo a caracterização dos fenómenos de discriminação étnico-racial em várias modalidades desportivas, a ser divulgado junto dos clubes	Parceria estabelecida Inquérito lançado Estudo apresentado e divulgado	Juventude e Desporto Cidadania e Igualdade, Juventude e Desporto	IPDJ, APCVD, OBNVA (Instituto Universitário da Maia- ISMAI, Associação Plano i), Observatório, Federações Desportivas, Clubes, Associações		25		50	
						x			
						x			
							x		

Área 9 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
9.3. (cont.)	Articulação entre a APCVD e a CICDR para partilha de informação sobre procedimentos relativos a queixas de discriminação étnico-racial no desporto	Relatório Anual de Igualdade e Não Discriminação em Razão da Origem Racial e Étnica, Cor, Nacionalidade, Ascendência e Território de Origem	Cidadania e Igualdade	CICDR	31/mar	31/mar	31/mar	31/mar	31/mar
		Relatório Anual de Análise da Violência associada ao Desporto (RAViD)	Juventude e Desporto	APCVD, Ponto Nacional de Informações sobre o Desporto (PNID)	RAVID 19/20	RAVID 20/21	RAVID 21/22	RAVID 22/23	RAVID 23/24
	Inclusão na nova revista DJ de uma rubrica de boas práticas e exemplos de integração e combate à discriminação e de semáforos («O integrador», «O bom exemplo» e «A vergonha do mês»)	N.º de artigos e semáforos	Juventude e Desporto	IPDJ		2	2	2	2
9.4. Avaliar a legislação e mecanismos em vigor, e realizar um estudo comparado na UE no âmbito da legislação desportiva sobre a prevenção e combate ao racismo	Realização de estudo comparado com auscultação do setor desportivo nacional (no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Violência no Desporto do Conselho Nacional do Desporto - CND) e visita nacional do TS4 - Conselho da Europa tendo em vista avaliar a implementação da legislação em vigor	Estudo iniciado					x		
		Estudo apresentado e visita nacional do TS4 - Conselho da Europa realizada	Juventude e Desporto	APCVD, IPDJ, IES, OSC				x	
9.5. Reforçar a intervenção da APCVD na prevenção e o combate a manifestações de violência racista e xenófoba nos espetáculos desportivos	Criação de equipa especializada tendo em vista robustecer a capacidade contraordenacional e o reforço da componente preventiva	Concurso lançado para a contratação de 3 técnicos superiores	Juventude e Desporto	APCVD		x			



Área 9 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
9.5. (cont.)	Formação às autoridades policiais de forma a capacitá-las para melhor identificar, lidar e prevenir comportamentos racistas em eventos desportivos	N.º de ações realizadas	Juventude e Desporto	APCVD, CICDR, PSP, GNR		1	1	1	1
9.6. Promover junto de organizadores de espetáculos desportivos a realização de iniciativas de combate ao discurso de ódio e à discriminação nos espetáculos desportivos	Diagnóstico sobre a importância e a aplicabilidade dos regulamentos de prevenção da violência, e com proposta de modelo futuro	Estudo executado e apresentado	Juventude e Desporto	APCVD		x			
	Desenvolvimento de ações no âmbito da iniciativa «Eu jogo pelos direitos Humanos»	N.º de ações acompanhadas	Juventude e Desporto, Cidadania e Igualdade	Amnistia Internacional, IPDJ, CICDR, Federação Portuguesa de Futebol (FPF)	2	2	2		
9.7. Encorajar as organizações de adeptos a adotarem protocolos contendo cláusulas antirracismo	Grupos Organizados de Adeptos (GOA) contra o racismo - Projeto em parceria com grupos organizados de adeptos	N.º de GOA participantes no projeto	Juventude e Desporto	APCVD, GOAS, Associação Portuguesa de Defesa do Adepto (APDA), Liga Portuguesa de Futebol Profissional (LFPF), CICDR, OSC		10	10		
		N.º de protocolos com cláusulas antirracismo					15		
9.8. Identificar e apoiar, majorando, projetos de boas-práticas no desporto não federado, no Programa Nacional de Desporto para Todos (PNDPT)	Apoio do PNDPT a programas de desenvolvimento desportivo que tenham por objetivo o combate à discriminação no desporto	N.º de programas apoiados	Juventude e Desporto	IPDJ	2	3	4	5	5
9.9. Incluir a literacia sobre o fenómeno do racismo, da discriminação e do discurso de ódio nos parâmetros da certificação das entidades desportivas formadoras	Produção de um folheto informativo sobre o tema a ser divulgado por todas as entidades desportivas formadoras, incluindo as Federações Desportivas	Taxa de alcance no universo das entidades desportivas formadoras, incluindo federações	Juventude e Desporto	IPDJ, Entidades Formadoras e Federações Desportivas, OSC		50%	75%	100%	

Área 10 — Meios de comunicação e o digital

Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	Metas				
					2021	2022	2023	2024	2025
10.1. Promover e amplificar o acesso não condicionado livre a serviços de televisão e de rádio que promovam o conhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial, a inclusão das comunidades de afrodescendentes em Portugal, o reforço da ligação entre Portugal e os países africanos de língua portuguesa e uma maior diversificação e enriquecimento do panorama cultural do nosso país	Difusão do canal internacional RTP África na Televisão Digital Terrestre (TDT), em sinal aberto, acessível a todas as pessoas, sem necessidade de qualquer pagamento por um serviço de subscrição	RCM publicada	Cultura	RTP	x				
	Proposta de desenvolvimento, pela RTP, de um novo canal do Conhecimento na TDT, que reforce a capacitação contra a desinformação junto de um público alargado	RCM publicada	Cultura	RTP	x				
	Atribuição à RTP, enquanto concessionária do serviço público de radiodifusão, a emissão do serviço de programas RDP África, através da frequência 91.5MHz destinada à cobertura do concelho do Porto, assim completando a sua rede nacional	Despacho conjunto publicado	Cultura, Infraestruturas e Habitação	RTP	x				
	Sensibilização da RTP para a importância da memória audiovisual e para a continuação da digitalização e disponibilização em acesso gratuito do Arquivo RTP	Processo iniciado junto da RTP - reuniões com a RTP e associações representativas	Cultura	RTP, OSC	x				
10.2. Promover a utilização de tempo de antena nos serviços públicos de rádio e televisão pelas associações representativas de âmbito nacional	Promoção da inovação e criação digital em novos projetos, com a sensibilização do operador público a prosseguir o laboratório RTP Lab e as regulares Consultas para a apresentação de Projetos de Conteúdos destinados a serem distribuídos ou colocados à disposição do público através de Multiplataformas que dão oportunidade a novos criadores	Processo iniciado junto da RTP - reuniões com a RTP e associações representativas	Cultura, Cidadania e Igualdade	RTP, OSC	x				



Área 10 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
10.3. Desenvolver ações junto dos órgãos de comunicação social para promoverem maior diversidade na programação, conteúdos e protagonistas, e que não segregue em canais ou programas específicos	Sensibilização da RTP para, na sua plataforma RTP Play, com produção interna, continuar a dar espaço a programas que espelham a diversidade da sociedade portuguesa contemporânea				x				
	Sensibilização da RTP para na sua plataforma digital RTP Palco continuar a contratualizar, com maior diversidade, a produção de espetáculos de criadores de artes performativas	Processo iniciado junto da RTP - reuniões com a RTP	Cultura	RTP, OSC	x				
	Sensibilização da RTP para que a Rádio Zig Zag continue a desenvolver conteúdos próprios para um público infantil que espelhe a diversidade da sociedade portuguesa contemporânea				x				
10.4. Estimular a promoção de maior inclusão e diversidade entre jornalistas, comentadores (incluindo desportivos) e colunistas e fontes, em articulação com sindicatos, Comissão da Carteira Profissional de Jornalistas, centros de formação e IES	Colaboração com o Centro Protocolar de Formação Profissional de Jornalistas (CENJOR) para reforço de ações de formação e sensibilização para jornalistas e redações, e melhoria da abrangência da oferta formativa	N.º de ações de formação	Cultura, Presidência, Trabalho, S. e Segurança Social	SGPCM, CICDR, CENJOR, Sindicato dos Jornalistas, OSC		2	2	2	2
	Continuidade do Prémio de Jornalismo Direitos Humanos & Integração	Prémio atribuído	Cultura, Presidência	Comissão Nacional da UNESCO, SGPCM	1	1	1	1	1
	Promoção de ações de <i>media training</i> , em parceria com o CENJOR e associações representativas	N.º de ações de formação	Cidadania e Igualdade	CICDR, CENJOR, Órgãos de Comunicação Social (OCS), OSC		1	1	1	1

Área 10 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
10.5. Promover a literacia mediática e o desenvolvimento de mecanismos acessíveis de administração, registo e de denúncia de situações de discriminação e discurso de incitamento à violência e ao ódio <i>online</i> (com base em práticas internacionais, e.g. Espanha)	Criação de um grupo de trabalho para a literacia mediática, fomentado pelo Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media e pelo Secretário de Estado Adjunto e da Educação, com coordenação do Diretor de Serviços de Relações Internacionais e Comunicação	Projeto LEME apresentado	Educação, Cultura	SGPCM	x				
	Criação de um código de conduta nacional com operadoras de plataformas digitais, sobre discriminação e discurso de incitamento à violência e ao ódio <i>online</i>	Código criado	Presidência, Transição Digital, Consumidores, Justiça	Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), CICDR, INCoDe.2030, OSC					x
	Divulgação e incentivo ao desenvolvimento de boas práticas em matéria de discriminação e combate ao discurso de incitamento à violência e ao ódio <i>online</i> de entidades diversas como operadoras de plataformas digitais, órgãos de comunicação social, organismos públicos, sociedade civil (e.g., « <i>trusted flaggers</i> », aplicações)	N.º de ações de divulgação	Presidência, Transição Digital, Administração Interna, Justiça	CNCS, CICDR, INCoDe.2030, GNR, PSP, OSC		1	1	1	1
	Promoção da literacia de direitos e de deveres no âmbito da Lei da Televisão e da Lei da Rádio, e de reforço dos mecanismos de articulação entre a ERC e a CICDR	N.º de iniciativas	Cidadania e Igualdade, Cultura	CICDR, ERC		1	1	1	1
10.6. Reforçar o apoio à produção de mais conhecimento sobre fenómenos de propagação de discursos de ódio e incitamento ao ódio e violência, designadamente no espaço virtual	Campanha contra o discurso de ódio no espaço virtual relativo ao anticiganismo	Campanha lançada	Ensino Superior, Integração e Migrações, Justiça	ACM					x
	Parceria com o Facebook e desenvolvimento de <i>workshops</i>	<i>Workshop</i> realizado	Cidadania e Igualdade	CICDR	1	1	1	1	1
	Sessões de sensibilização para o combate ao discurso de ódio e à discriminação <i>online</i> através da produção de narrativas alternativas	N.º de sessões	Juventude e Desporto	IPDJ, entidades públicas e privadas	2	2	2	2	2

Área 10 - Medida	Atividade	Indicadores	Área governativa	Entidades	2021	2022	2023	2024	2025
10.7. Elaborar um guia de boas práticas para a comunicação social e para vários tipos de promotores culturais, e promover e acompanhar o cumprimento do princípio da «não referência»	Promoção, junto do sindicato de jornalistas, ERC e OCS, da elaboração de orientações para todas as redações com boas práticas sobre diversidade, e como gerir e noticiar discurso racista e situações de racismo e de discriminação racial	Disseminação da «Recomendação à adesão ao Princípio de não-referência da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência, território de origem e situação documental» CICDR 2018	Cidadania e Igualdade	CICDR, Sindicato dos Jornalistas, ERC, OCS, OSC	x	x	x	x	x
	Promoção da elaboração de orientações para promotores culturais em matéria de diversidade, combate ao racismo e à discriminação	Orientações criadas	Cultura	CICDR, OPART, OSC, outros		x	x		
10.8. Apoiar a investigação sobre o desenvolvimento de inteligência artificial (IA) e a sensibilização para os algoritmos, tendo em vista a definição de respostas aos desafios apresentados pelos processos de tomada de decisões automatizadas, em matéria de discriminação	Estímulo à criação de redes de trabalho e de conhecimento com IES e OSC para o desenvolvimento de projetos e instrumentos que visem prevenir a reprodução de estereótipos, racismo e discriminação nos sistemas automáticos, como <i>chatbots</i>	N.º de reuniões	Transição Digital, Educação, Ensino Superior, Cidadania e Igualdade	Observatório, INCoDe.2030		1	1	1	1
	Introdução de disposições na legislação que minimizem os novos riscos associados ao comportamento autónomo da IA, estabelecendo requisitos para assegurar a proteção da privacidade e dos dados pessoais, da igualdade e não discriminação, da ética, da transparência e da explicabilidade dos sistemas baseados em algoritmos, quer ao nível da seleção de candidatos a emprego, quer ao nível da execução do contrato de trabalho e da fiscalização da atividade profissional do trabalhador	Proposta de lei apresentada à AR	Trabalho	DGERT				x	

114443397